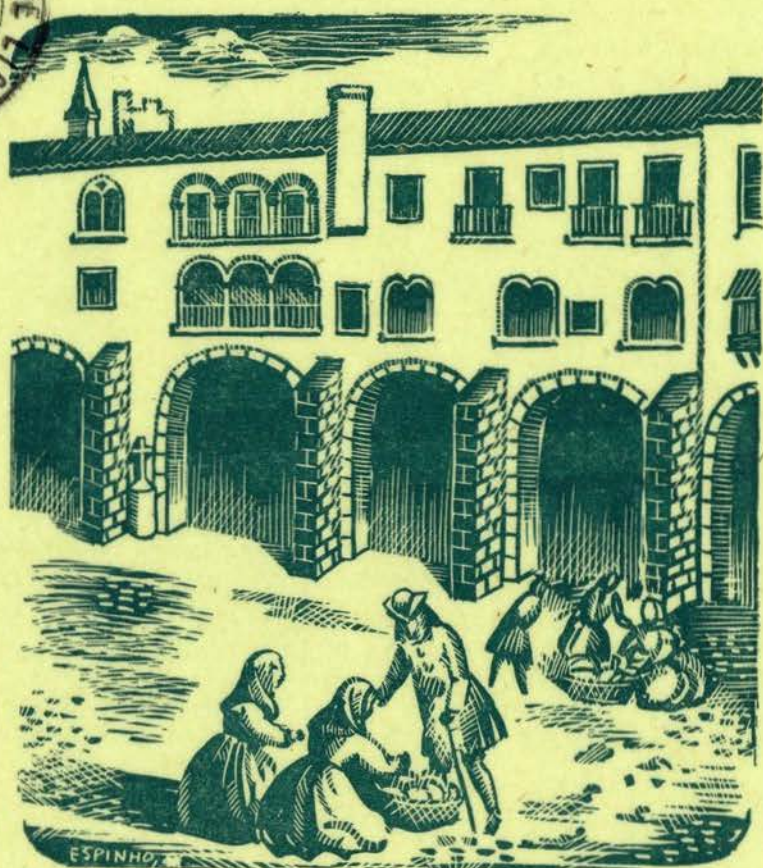


Olisipo

BOLETIM TRIMESTRAL DO GRUPO

Amigos de Lisboa



Ano XX — N.º 79 • Julho 1957



SOCIEDADE GERAL

DE

COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TRANSPORTES

CARREIRAS REGULARES

| DE: | PARA: | PARTIDAS: |
|-----------------|----------------------------------|--------------------------|
| Metrópole..... | Cabo Verde e Guiné..... | Dias 10 e 25 de cada mês |
| Metrópole..... | S. Tomé e Príncipe e Angola..... | Mensais |
| Norte de Europa | Lisboa, Matadi e Angola..... | De 21 em 21 dias |
| Anvers | Portugal | Quinzenais |

SERVIÇOS PERMANENTES

Transporte de fosfatos do Norte de África e de pirites do Pomarão / Tramping
 Consignações / Trânsitos / Serviços de reboques fluviais e de alto mar
 Lanchas / Fragatas / Batelões.

FROTA PRINCIPAL

| | TON. | | TON. | | TON. |
|------------------------|--------|-------------------------|-------|----------------------|-------|
| n/m «África Ocidental» | 1.560 | n/m «Arroiolos» | 9.558 | n/v «Foca» | 2.060 |
| n/m «Alcobaça» | 9.588 | n/m «Belas» | 7.259 | n/m «Manuel Alfredo» | 3.297 |
| n/v «Alcoutim» | 10.150 | n/m «Borba» | 7.259 | n/v «Maria Amélia» | 3.905 |
| n/m «Alenquer» | 9.588 | n/m «Braga» | 7.224 | n/v «Mello» | 6.225 |
| n/m «Alexandre Silva» | 3.257 | n/m «Bragança» | 7.224 | n/v «Mira Terra» | 620 |
| n/v «Alferrade» | 2.118 | n/m «Cartaxo» | 1.376 | n/v «Pinhel» | 3.665 |
| n/m «Alfredo da Silva» | 3.643 | n/m «Colares» | 1.376 | n/m «Rita Maria» | 3.458 |
| n/m «Almeirim» | 9.588 | n/m «Conceição Maria» | 2.974 | n/m «São Macário» | 1.221 |
| n/m «Ambrizete» | 9.245 | n/m «Coruche» | 1.376 | n/v «Saudades» | 6.430 |
| n/m «Ana Mafalda» | 3.575 | n/v «Costeiro» | 900 | n/v «Zé Manel» | 1.240 |
| n/m «Andulo» | 9.245 | n/m «Costeiro Terceiro» | 1.426 | | |
| n/m «António Carlos» | 2.974 | n/m «Covilhã» | 1.376 | | |

Total 155.110 Ton.

FROTA AUXILIAR

6 Rebocadores fluviais, 2 Rebocadores de alto mar, 7 Lanchas a motor, 33 Batelões, 24 Fragatas, 1 Barca de água, 1 Draga e 4 Batelões de dragadas.

EM CONSTRUÇÃO NOS ESTALEIROS DA C. U. F.

2 navios de 800 T., com motores de 650 HP., para serviço costeiro;
 2 navios de 320 T., com motores de 500 HP., para transporte de carga e passageiros no serviço de cabotagem na Província de Cabo Verde.

CARGA E EXPEDIENTE

| | |
|---|--|
| LISBOA – Rua do Comércio, 39 Telef. 2 63 14/5 Teleg. GERAL | PORTO – Rua Sá da Bandeira, 82 Telef. 2 73 63 Teleg. SABÕES |
|---|--|

Esta é a companhia portuguesa que tem ao serviço mais navios construídos em Portugal, nos Estaleiros da Companhia União Fabril, no Barreiro e em Lisboa

Casa Batalha

FUNDADA EM 1635

Angelo G. Ramalheira

ENGENHEIRO CIVIL

Construções

Projectos de Estabilidade

Betão Armado

Avenida Sidónio Pais, 14, r/c.-E. - Tel. 493 13

LISBOA

Praça D. Filipa de Lencastre, 22, 6.º - Tel. 262 51

PORTO

OFICINAS
GRÁFICAS

Ramos, Afonso & Moita

LIMITADA

Composição manual e mecânica. Impressão rápida. Encadernação
Livros, Revistas, Magazines, Impressos comerciais e burocráticos
Livraria. Papelaria

R. Voz do Operário, 8 a 16

LISBOA

S. Vicente de Fora

Todos os tabacos da

Companhia Portuguesa de Tabacos

INVICTA - VIC - TIP TOP - SPORTING - TAGUS
PROVISÓRIOS - AVIZ - FRANCÊS - SUPERIOR

são fabricados pelos processos mais modernos, com tabacos escolhidos das melhores procedências

COMPRAMOS

LIVROS DE BONS
AUTORES

—
Grandes e pequenas
quantidades

—
LIVRARIA «ECLÉTICA»

Calçada do Combro, 58
Telef. 2 8663 LISBOA

CAMILO
CASTELO
BRANCO



O mais apreciado e o mais português de todos os romancistas

Edição popular das suas principais obras em

80 VOLUMES

CONHEÇA
LEIA
APRECIE
DIVULGUE

CAMILO

Edições de

Parceria António Maria Pereira
RUA AUGUSTA, 44 à 54
Telef. 3 1730 : End. Teleg. PARCEPEREIRA

OURIVESARIA DA GUIA

fundada em 1875

JOIAS - OURO
PRATA - RELÓGIOS

R. Martim Moniz, 2-10 - R. da Mouraria, 7-11 - Tel. 28336 - LISBOA



SANTA CASA
DA
MISERICÓRDIA DE LISBOA



L O T A R I A
E X T R A C Ç Õ E S
S E M A N A I S

PRÉMIOS MAIORES

1 0 0 0 C O N T O S

1 0 0 C O N T O S

5 0 C O N T O S

Os lucros líquidos revertem para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e demais instituições de assistência pública, nos termos da legislação em vigor

Porcelanas da
VISTA ALEGRE

... apreciadas pelos Lisboetas de bom gosto há mais de



UM SÉCULO

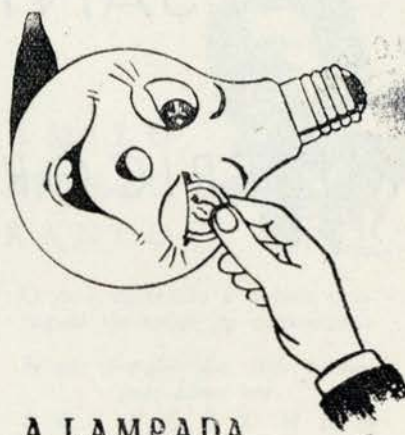
Largo do Chiado, 18 • Rua Ivens, 19 • LISBOA

A
LEGAL & GENERAL

agradece aos
«AMIGOS DE LISBOA»
a preferência que lhe têm
dado, para os seus
contratos de seguros

Capital e Reservas:
220 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:
Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA



**A LAMPADA
LUMIAR
ENSINA A POUPAR**

PERMAN

BERTRAND (IRMÃOS), LDA.
Artes Gráficas

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA
LITOGRAFIA
ROTOGRAVURA
"OFFSET" - DESENHO

Travessa da Condessa do Rio, 7
Telef. 21368 - 21227 - 30054 — LISBOA

Oferta

27. JUL. 1957

Rev. 1191 V

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XX

JULHO DE 1957

NÚMERO 79

Director: MATOS SEQUEIRA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 25711

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16

Direcção gráfica de Luís Moita



SUMÁRIO

| | Pág. |
|---|------|
| URBANIZAÇÃO RIBEIRINHA por <i>Alfredo Ferreira do Nascimento</i> | 105 |
| O PALÁCIO DO LORETO por <i>Mário Costa</i> | 113 |
| INAUGURAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DAS DILIGÊNCIAS ENTRE LISBOA E COIMBRA por <i>Carlos Alberto Lopes Teixeira</i> | 131 |
| O PROBLEMA DA DISTRIBUIÇÃO DO CORREIO DE LISBOA por <i>Mário Sande Freire</i> | 135 |
| ACTIVIDADE CULTURAL <i>no Trimestre Passado</i> | 141 |
| FEIRA DA LADRA | 143 |
| ALGUMAS EDIÇÕES da <i>Câmara Municipal de Lisboa</i> ... | |
| LIVROS, edições do Grupo e dos Sócios | |
| CAPA: A Arcada do Hospital de Todos os Santos nos princípios do Século XVIII. | |

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

URBANIZAÇÃO RIBEIRINHA

por ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

NÃO nos acode à memória, por mais que excogitemos, onde já topámos escrito que «Lisboa vive de costas viradas para o Tejo». Tal afirmação, infelizmente, não peca por exagero e aquele facto tanto mais é para lamentar quanto é certo ser o lisboeta, e com razão, guloso do seu rio. Gosta de se aproximar dele, de o sentir bem junto a si. Amizades que vêm de longe, e os amigos velhos têm sempre muito a recordar, bastante que dizer uns aos outros. Mas os logradouros encostados ao rio são poucos, muito poucos mesmo.

Na verdade, quem se der à canseira de percorrer a margem verificará que dentro da cidade se contam pelos dedos e estes nem todos são precisos. De Santa Apolónia até Belém temos o Terreiro do Paço, a Avenida da Ribeira das Naus (por sinal que provisória) a ligar com o Cais do Sodré e, depois, só a partir da Junqueira é que volta a haver desafogo, entestado, da banda de Belém, pelo agradável recinto que envolve a estação fluvial e as instalações dos desportos náuticos. Mas na Junqueira, bem enraizado lá está, e estará, aquele monstro da geradora e do Museu de Arte Popular até ao terreno que pela gola circunda a torre de S. Vicente — terreno onde estão sendo levados a cabo arranjos prometedores de obra asseada — uns velhos aquartelamentos e hangares da aviação naval, carcomidos barracões e a doca chamada do Bom Sucesso, onde se recolhe ferro-velho. No resto da margem, se o bom do «alfacinha» quiser desfrutar o pitoresco do rio só o poderá fazer por umas nesguinhas livres aqui e além ou então através de grades, o que, convenhamos, nada tem de agradável. E já não se fala da abundância de limitações: espaços reservados, passagens proibidas.

O pior de tudo, porém, é que todo aquele entaipamento impede

ser possível utilizar-se o rio como elemento, a todos os títulos notável e único, de valorização urbanística da orla fluvial, que o mesmo é dizer da própria cidade. E que mágoa causa verificar como foi — nalguns casos continua a ser — malbaratado um dom com tanta prodigalidade concedido pela Natureza! Quanta coisa bela poderia ter sido levada a efeito e quanta coisa má se fez!

Quem se interessar por estes assuntos poderá aperceber-se facilmente da extensão do erro. Bastará pousar a vista sobre as conhecidas panorâmicas de Bráunio, de Baldi, ou os painéis de azulejos que estão no Museu de Arte Antiga. E referimos só estes elementos iconográficos por se situarem em três épocas diferentes: séculos XVI, XVII e XVIII. Não que não existam muitos outros igualmente elucidativos e, portanto, dignos da nossa atenção.

Houve quem visse, estudasse e resolvesse — diga-se entre parêntesis com mão de mestre — o problema de aproveitamento do porto. E fê-lo, repete-se, de uma forma inteligente, dentro de um plano bem definido, o qual, correspondendo às necessidades mercantis da época, não menosprezava o rio como factor de valorização da cidade, antes pelo contrário.

Queremos referir-nos ao projecto do engenheiro Carlos Mardel, trabalho que se diz ter sido encomendado pelo marquês de Pombal. Há quem pretenda, no entanto, que foi feito por ordem do Senhor D. João V. Uma e outra afirmação carecem de prova documental, até porque o trabalho não tem data. Mas uma coisa é certa: a de se situar a factura do plano entre 1732 e 1755.

Não vamos descrever tal projecto — o que não teria o mínimo interesse por não constituir novidade — mas dele apontaremos apenas alguns pormenores que se casam com o rumo que decidimos dar a este desataviado trabalho. E, assim, limitar-nos-emos a transcrever parte do que, a tal respeito, escreveu um grande «amigo de Lisboa»: o engenheiro Miguel Pais.

Diz ele:

«Este projecto, assinado por Mardel, compunha-se: de uma muralha geral entre o cais de Santarém e a actual Praça de D. Fernando, em Belém; docas de abrigo ao longo e em diversos pontos da margem; uma grande praça em frente da Boa Vista, com 1.500 palmos de comprimento por 650 de largura (330 × 143 metros) um grande arsenal de marinha em frente do vale de Alcântara, tendo uma doca de 594 m de comprimento por 266 de largura na parte mais larga (oriental), e 66 metros na parte mais estreita (ocidental), na qual, diz textualmente o autor, «podem ficar os navios seguros e resguardados dos ventos»; um grande número de quarteirões para construção de edificios públicos e particulares, e, ao longo de toda a margem uma extensa rua arborizada, além de praças também arborizadas em diversos locais.»

Este projecto — fala ainda Miguel Pais — «seria notável mesmo na actualidade, e colossal no tempo em que foi elaborado».

Visione-se — por vezes é fácil sonhar acordado — o que seria uma

larga avenida arborizada estendendo-se, ao longo da margem, desde o Terreiro do Paço até Belém e aqui ligando com a magnífica estrada marginal que termina em Cascais! E considere-se toda a influência que a concepção de Mardel teria podido exercer sobre a urbanização da cidade, mesmo tendo em conta as circunstâncias advindas do cataclismo de 1755. Quanto erro, quantas manifestações de mau gosto, digamos mesmo quantos desconchavos e conspurcações se teriam evitado!

Talvez por motivos de ordem económica a magnífica obra de Mardel não foi por diante. Ficou no papel a atestar, de forma indiscutível, que houve quem sentisse — um estrangeiro por sinal — todo o partido que seria possível tirar do rio, em ordem a promover a urbanização e o desenvolvimento da cidade no sentido mais aconselhável sob todos os pontos de vista. Ninguém, ao depois, se tentou a aproveitar a lição. Porquê?

Durante a gerência de Pombal o aspecto geral da margem em pouco se alterou. Como real valorização é justo destacar o Terreiro do Paço. O resto que se fez, trabalhos parcelares por assim dizer, não obedeceu a um plano determinado e procurava apenas corresponder a necessidades restritas mas, por vezes, prementes. A maior parte das obras efectuadas consistia em pequenos cais e em caldeiras onde o tráfego era mais ou menos especializado, consoante a natureza dos produtos e a sua procedência.

O desenvolvimento económico verificado a partir sobretudo do meado do século XIX, como consequência do aumento populacional e da intensificação de relações comerciais, determinou um crescimento do tráfego marítimo, impossível de comportar nas estreitas nergas onde se movimentava um comércio em que avultava mais o valor do que o volume. Começaram, então, as dificuldades. Daí a necessidade de mais ampla e perfeita utilização das zonas marginais, ampliando-as por conquista de terrenos, amparados estes por obras de suporte proporcionando simultaneamente a acostagem, e provendo todo o conjunto dos elementos acessórios indispensáveis em todas as instalações portuárias. E começou-se a pensar a sério nas obras do porto de Lisboa.

Não vamos descrever a longa série de projectos elaborados durante quase 40 anos, até ser aprovado, em 1886, o definitivo assinado pelos engenheiros Adolfo Loureiro e João Joaquim de Matos. Quem se interessar por estes assuntos encontrará larga soma de elementos em dois notáveis trabalhos: *Os Portos Marítimos de Portugal* do citado engenheiro Loureiro e *A Ribeira de Lisboa* de Júlio de Castilho.

Um projecto, porém, o da comissão de 1871 composta por Caetano Maria Batalha, Gilberto António Rola, Caetano Pereira Sanches de Castro, Ladislau Miceno Machado Álvares da Silva, José Joaquim de Almeida e Bento Fortunato Moura Coutinho de Almeida de Eça,

merece que nos atardemos um pouco sobre ele e isto por ter sido o que, em maior escala, abordou problemas de urbanização da zona ribeirinha, para alguns dos quais propunha soluções de certo modo curiosas.

E, na verdade, nem tudo era mau:

1 — A estação de Santa Apolónia ficaria apenas reservada a mercadorias. Para estação de passageiros adaptar-se-ia o edifício da Alfândega — onde hoje está o Ministério das Finanças — para o que as linhas seriam prolongadas de um até outro ponto.

2 — Uma nova alfândega, com uma área de cerca de 4 hectares, seria localizada a Poente do Cais do Sodré ficando a face Norte do edifício assente, pouco mais ou menos, onde hoje está a estação da sociedade Estoril. Entre esta edificação e o Arsenal de Marinha ficaria uma grande praça.

3 — A natureza do serviço alfandegário impunha que o novo edifício, e as docas que se seguiam no sentido Poente, ficassem ligados ao caminho de ferro de Leste. A coisa não era difícil, pelo menos no papel. Traziam-se as linhas até à nova alfândega. Como? Passando por uma ponte fixa sobre a entrada de uma pequena doca, que seria construída na face Sul do Terreiro do Paço, e por pontes móveis através do Arsenal de Marinha. Mas aqui levantava-se um obstáculo considerável: era o perigo de fazer passar locomotivas junto de locais do arsenal onde existiam depósitos de materiais combustíveis. Tudo se resolveria, porém, montando nos pontos convenientes grandes peças metálicas de resguardo ou anteparas... No Terreiro do Paço era projectado, ainda, um cais reentrante.

4 — O relatório da comissão é datado de 1873. Já então esta reconhecia que a Rua do Arsenal era insuficiente para o trânsito e «maiormente o há-de ser para o que de futuro deve vir a estabelecer-se». Entendia, por isso, da maior conveniência não só recuar o pavilhão central do edifício do arsenal até alinhar com as alas ou corpos laterais, mas também abrir um túnel entre os largos do Pelourinho e o do Corpo Santo.

5 — Desde Santos até Belém era de continuar o grande «boulevard», como a comissão lhe chama, o qual se projectava com 55 metros de largura e arborizado — naquele tempo ainda se não cultivava a arborifobia, passe o termo...

Não se suponha, porém, que o tal «boulevard» seguiria à beira-rio. O traçado previsto pela comissão corresponde, muito aproximadamente, ao das actuais avenidas 24 de Julho e da Índia. Para atravessar a ribeira de Alcântara erguer-se-iam pontes. Nada menos de três.

6 — Na Junqueira uma grande praça constituindo o centro de um bairro industrial. A Praça D. Fernando, hoje de Afonso de Albuquerque, sofreria uma substancial ampliação.

7 — Frente ao mosteiro dos Jerónimos criar-se-ia um grande passeio ajardinado e arborizado com uma área de cerca de 4 hectares. Tal passeio devia, no dizer da comissão, «oferecer grande comodidade aos habitantes de Lisboa, principalmente para digressões em carruagem». Está lá hoje o belo jardim que todos nós conhecemos.

Outros pormenores se não apontam com o fito de evitar um inútil alongamento. Parece-nos, no entanto, curioso registar que Adolfo Loureiro preconizava a construção no terrapleno da Alfândega — quer dizer no espaço fronteiro ao actual Ministério das Finanças — de uma gare que serviria não só o Sul e Sueste como ainda as linhas de Norte e Leste e — pasme-se! — a de Cascais... Fernando de Sousa admitia em grande parte esta solução e o assunto chegou a provocar uma muito acesa polémica, envolvendo até o próprio presidente do conselho e um ministro das obras públicas.

Não se julgue que só o projecto de 1873 previa a inutilização do Terreiro do Paço. Nada menos de mais treze o faziam, compreendido nestes o dos engenheiros Matos e Loureiro, o qual foi aprovado e veio a servir de base ao concurso para a adjudicação das obras.

Fez-se o chamado porto de Lisboa ou, diga-se antes, com mais justeza, ainda se está a fazer. Na verdade as obras que em 1887 se previa estariam completamente terminadas ao fim de dez anos... já lá vão 70 e não estão prontas. E, caso curioso: foi decretado em 1946 um plano de conclusão e melhoramento do porto, orçado em 650 mil contos e para execução também num período de dez anos, que já terminou. Todos se podem certificar do muito que ainda falta. Por mais que nos digam em contrário, estamos em acreditar que com esta coisa dos dez anos anda bruxedo.

Mas, retomemos o fio.

No planeamento e construção do porto de Lisboa intervieram pessoas de indiscutível categoria técnica e possuidoras de boa cultura, do que deram bastas provas. Custa a crer, por isso mesmo, como foi possível, pelo menos na zona compreendida entre o Cais do Sodré e Belém, interpor entre a cidade e o Tejo uma espessa e disforme cortina de casaria, barracões, fábricas, armazéns e o mais que por lá se vê e verá. Quase não se acredita como houve quem, com manifesto e grave prejuízo da estética citadina, tivesse impedido que ao longo da margem do rio de maravilha pudesse correr o que seria uma das mais belas avenidas do mundo, para mais rematada, num dos extremos, pela magnífica praça cheia de luz e de equilíbrio que é o Terreiro do Paço e, no outro, por essa jóia de pedra rendilhada: a torre de S. Vicente em Belém!

É de admitir que os entendidos e os técnicos ainda agora sustentem que não teria sido possível concentrar, para montante do Terreiro do Paço, todo o tráfego portuário de mercadorias, e instalar na outra margem os serviços acessórios. Mas, talvez não consigam con-

vencer-nos com as suas razões, como não nos convenceram ainda de que não é reincidir no erro:

- ter localizado em Pedrouços a doca da pesca. Mais um viveiro de barracas, barraquinhas e barracões, mais um entaipamento;
- pensar, parece que a sério, na utilização em pleno das instalações da 2.^a secção do porto — Santo Amaro-Algés — a única susceptível de permitir um arranjo urbanístico da margem;
- ter consentido a montagem em Cabo Ruivo da refinaria dos petróleos — com a sua mefítica chaminé — impedindo assim, de forma sensível, o desenvolvimento portuário para montante e, até, desprezando factores ponderosos de ordem estratégica;
- pretender implantar ali, na Ribeira das Naus, uma estação marítima!!!

Já agora deixo aqui uma sugestão: se este último propósito for por diante, e é capaz de ir, ao menos para amenizar a paisagem ponham lá uma coisa bonitinha, que é para fazer «pendant» com outra lindeza: a estação do Sul e Sueste. E depois, para completar a obra, vão ao Terreiro do Paço, levantem mais uns andarzitos por cima do que está, cubram as frontarias a marmorite ou pintem-nas às riscas, lancem um capote branco pelos ombros do D. José — delicada homenagem à mocidade turbulenta do marquês — revolvam bem aquilo tudo e assim talvez nos convençam que esse tal Eugénio dos Santos — tão louvado pelos botas-de-elástico — estava, bem vistas as coisas, muito longe de ser um técnico e era, ao invés, um simples amador com a triste pecha de cultivar o bom gosto...

Deixemos as alusões agrídoces, de resto justificáveis, e vejamos, para terminar, como, em nossa modesta opinião, ainda seria possível erguer na margem do rio uns arranjos que, não ofendendo a estética antiga ou moderna, compensariam, até certo ponto, a falta do melhor.

Não teremos a pretensão de alvitrar o lançamento de uma larga e extensa alameda ou avenida onde, apesar de tudo, ainda existem condições que permitiriam realizar tão grandiosa e bela obra. Referimo-nos à zona compreendida entre Santo Amaro e Belém. Não, não iremos tão longe. Tanto mais que ignoramos — e não tivemos oportunidade de nos elucidar sobre tal ponto — se os estudos de urbanização encomendados a um arquitecto paisagista francês e ao nosso compatriota Cristino da Silva se cingem apenas à Praça do Império, ou se envolvem também uma parte da faixa ribeirinha atrás citada.

Mas, como do mal o menos, o que se está a fazer a Norte da torre de S. Vicente e o que está feito entre o Museu de Arte Popular e a estação fluvial virá a constituir dois magníficos logradouros, muito

embora no segundo se verifique manifesta carência de arborização e, por tanto, de sombras.

Parece-nos que os serviços do porto em nada seriam affectados se, mais para montante, alguns locais junto à muralha — lembro pelo menos os extremos Nascente e Poente das duas estações marítimas — fossem ajardinados. Valorizadoras manchas de cor e, simultâneamente, agradáveis varandas sobre o rio.

Para proporcionar a esta nossa Lisboa esses alindamentos — modestos por sinal em relação ao muito que ela merece — bem pouco seria necessário além de bom gosto e boa vontade...

Não será assim?





Barcos no Tejo

O Palácio do Loreto

por MÁRIO COSTA

DESDE que Mestre Júlio de Castilho a ele se referiu, quanto se tem escrito sobre o atraente imóvel que forma uma das faces do Largo do Chiado, por uns designado *palácio do Loreto* e por outros apelidado *palácio de Ferreira Pinto!*

Mas já se teria compilado tudo quanto se liga à história da mais afamada moradia do nosso Chiado? Supomos que não, e por isso aqui vimos, modesto cabouqueiro do passado, contribuir com alguns pequenos nada. E que se nos perdõe o pretendermos alinhar com os distintos memoristas que têm dedicado a sua atenção ao estudo desse solar da época de oitocentos.

*

De entre as Casas Nobres de Lisboa, hoje ao serviço de Empresas Mercantis e de Organismos Burocráticos e Corporativos, aquela que das suas paredes deixa rescender mais abundante riqueza histórica, é talvez o *palácio do Loreto*, situado no coração da Capital, no número 8 do antigo Largo do Loreto (1).

(1) Também chamado Largo das Duas Igrejas, que mudou para Largo do Chiado (editais de 28 de Abril e de 19 de Maio de 1925). A numeração das suas casas esteve feita em continuação da da Rua Garrett, cabendo ao palácio o n.º 95.

O logradouro, como o imóvel, está recheado de abundante história alfacinha. Aí «campeava, com quatro bastiões ameitados a importantíssima porta de *Santa Catarina*, olhando ao Poente» (2). E nele se ergueu o Chafariz de Neptuno, de perfil bem característico, que para os galegos aguadeiros foi um dos principais centros de suas actividades, mais propriamente o seu *quartel-general*. Possuía 4 tubos de correr água e estavam-lhe adstritas 6 companhias de aguadeiros, 6 capatazes e cabos, 198 aguadeiros e 1 ligeiro (3).

Servia de remate a esse chafariz, a figura de Neptuno — «de tridente em punho a pescar galegos», como escreveu António Pedro Lopes de Mendonça — obra do risco de Joaquim Machado de Castro, encomendada pela Câmara Municipal de Lisboa em 1771 e executada em Itália, em mármore de Carrara, que se mantém em bom estado e conserva o seu valor e feições artísticas. Demolida a mole de pedra, cujo perfil é bem conhecido pelas gravuras da época (4), construção de estilo monumental que durante mais de sete décadas deixou correr pelas suas quatro bicas o precioso líquido indispensável à vida, o emblema ornamental foi transferido para a Mãe-d'Água; em 1866 entrou no Museu Arqueológico do Carmo, em 1881 foi levado para o depósito dos Barbadinhos, donde saiu para figurar no lago da Praça do Chile, que se inaugurou em Abril de 1949, e daí ultimamente transmudado, para o Largo de D. Estefânia, com o seu já inseparável lago, que vai ter iluminação própria.

As propriedades adquiridas pelo Município, nas antigas Ruas do Outeiro, do Picadeiro, da Cordoaria Nova e das Portas de Santa Catarina, para que se construísse o chafariz, importaram em 24.638\$200 réis; e a estátua de Neptuno, cujo tridente está fundido em bronze, custou 201\$070 réis, pagos a Anselmo José da Cruz, argentário e influente político, que fez embarcar a encomenda no porto de Génova (5).

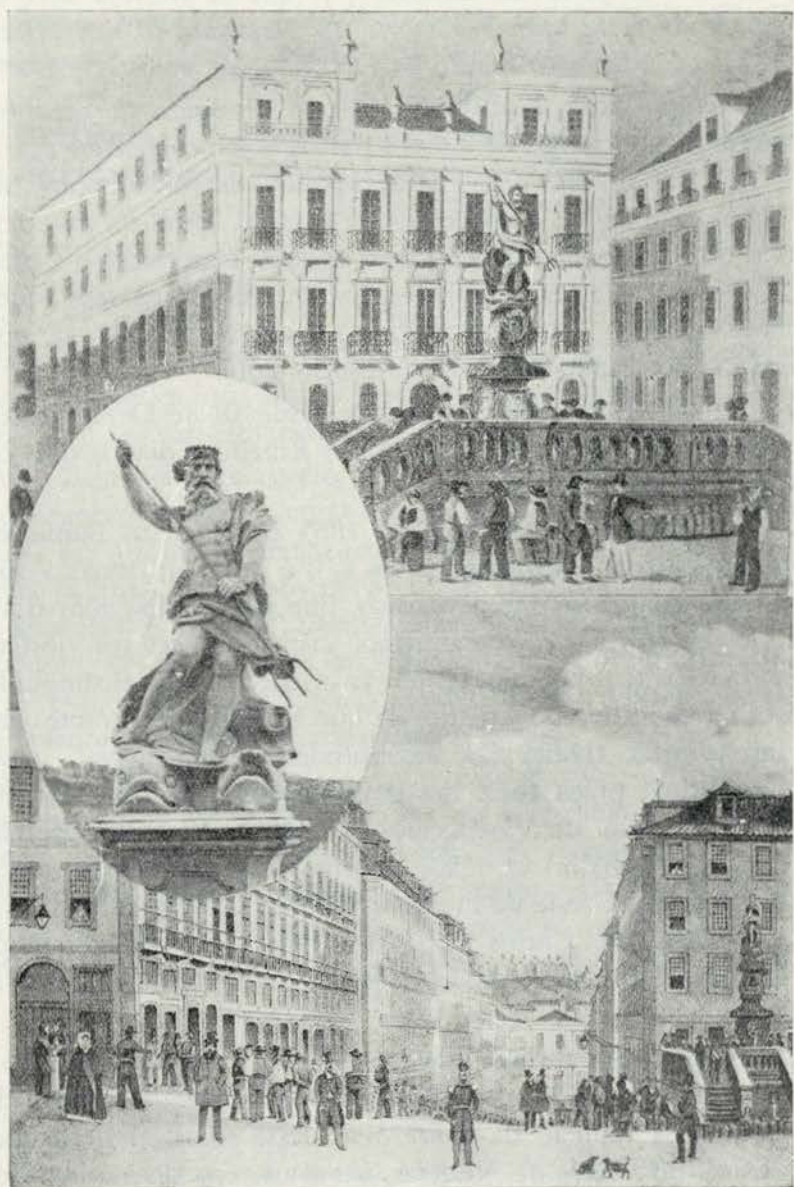
O Rossio também teve o seu Chafariz de Neptuno, demolido em 1786, que Zuzarte reproduziu na sua bem conhecida água-tinta, em que se dá um interessante aspecto daquela praça, no meado do século XVIII.

(2) *O Bairro Alto*, por Júlio de Castilho, 3.ª ed., vol. 1.º, pág. 39.

(3) *Memórias sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos*, por Veloso de Andrade, pág. 1. Apenas o Chafariz do Carmo lhe ficava acima em número de aguadeiros (231).

(4) A Companhia de Seguros «A Mundial» mandou editar um bonito cromo de Boas-Festas, que reproduz, a cores, uma litografia antiga, de Legrand, em que figura o palácio e o chafariz do Loreto.

(5) *Memórias sobre chafarizes*, págs. 373-374. — *Ruas de Lisboa*, por Gomes de Brito, vol. 1.º pág. 173.



O Chafariz e o Palácio, em 1844

Refere-se a ele a *Relação estupenda do sentimento de Apollo do Terreiro do Paço contra o Neptuno do Rocio*, sendo também digno de nota o folheto, citado por Júlio de Castilho ⁽⁶⁾, que se intitula *Bico de obra grossa, em ar de festa, que por morte do Neptuno do Rocio fizeram os Agoadeiros do Chafariz do Loreto ao seu Neptuno*, edição de 1785.

Pelos tempos fora, e já depois da não existência do descrito monumento setecentista, o Largo do Loreto passou a ser conhecido por *Ilha dos Galegos*, por ser aí um dos grandes poisos desses serviçais humildes, sempre lesto, os maiores confidentes de Cupido, antes da grande difusão e expansão do serviço telefónico. Outra função, benemerente e prestimosa, incumbia a esses modestos moirejadores, dum saudoso passado, que tinham por símbolo o barril, chinguço e corda: a de prestar serviços no ataque aos incêndios, acorrendo ao sinal convencionado.

O Largo do Loreto ou do Chiado, desde 18 de Dezembro de 1925, tem a guarnece-lo a estátua de António Ribeiro Chiado, que o artista Costa Mota, tio, cinzelou em bronze.

A Casa Havaneza, fundada em 1865 por Ernesto Empis e depois incorporada na firma Henry Burnay & C.^a, é outro ornamento do mesmo Largo. Como grande centro de cavaco, que sempre foi, tem tido a preferência de elegantes do romantismo, críticos e actores, jornalistas e escritores, marialvas e boémios, e por isso marcou uma distinguida pedra na história retrospectiva do Chiado, de que faz parte integrante, mantendo sempre um colorido tradicional, inconfundível e inapagável. *Tino* chamou-lhe «a última praça forte dos cavaqueadores do Chiado», evocando as figuras de Teixeira de Vasconcelos, Tomás de Carvalho, Bulhão Pato, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, Guilherme de Azevedo, Casal Ribeiro, Conde de Ficalho, Pinheiro Chagas, António Cândido, Manuel de Assunção, Carlos Lobo de Ávila, João Arroio, Lopo Vaz, Dantas Baracho, Dr. Guilherme Celestino, Urbano de Castro, José António de Freitas ⁽⁷⁾.

Na esquina da antiga Rua do Tesouro Velho (António Maria Cardoso), onde esteve a *Pastelaria Garrett*, que chegou a ser um dos mais chiques pontos de reunião da *gente bem* deste século, hoje ocupada por uma das filiais do *Diário de Notícias*, situava-se em 1813 a loja de marce-

⁽⁶⁾ *Lisboa Antiga*, vol. 10.º, pág. 92.

⁽⁷⁾ *Lisboa de outrora*, vol. 2.º, pág. 258.

neiro de Pedro Alexandre Cavroé, mais um clube de má-língua, frequentado por literatos, a que presidia José Agostinho de Macedo (8). E no lugar que tem a representá-lo o cunhal do edifício dos Armazéns de Ramiro Leão, hoje bem diferente, existiu outro centro de cavaco, o chamado *estanco do Loreto*, estabelecido em 1870 (9).

A essa singular artéria citadina, que foi o «*Forum* das últimas alegrias elegantes», (10) todos à uma, teimosamente, clàssicamente, continuam a chamar *Chiado*, embora oficialmente esteja designada por *Rua Garrett*. Já hoje tem uma importância não muito díspar da de outras similares no estrangeiro, como o *Corso*, *Regent Street*, *Boulevard des Italiens*, *Gran-Via*, *Puertas del Sol*, etc. No Carnaval, o Chiado era a principal *base de operações*, e as janelas do *Club Tauromáquico* e do *Turf-Club*, os mais fortes bastiões, donde se arremessavam, sobre os passeantes folgazões ou algum pacato desprevenido que tomava esse caminho, os mais variados projecteis de *secos* e *molhados*.

Por *Chiado* já «era conhecido o prolongamento da rua Direita das Portas de Santa Catarina, compreendido entre a rua da Cordoaria Velha, que ficava nas alturas da actual rua Ivens, e o antigo Colégio do Espírito Santo dos padres Oratorianos de S. Filipe Neri». (11) Já fez um século que a Rua das Portas de Santa Catarina assim deixou de chamar-se oficialmente e foi incorporada no Chiado (12), a formosa artéria da qual nunca se esquecem os apaixonados cronistas de Lisboa, dedicando-lhe frequentemente flagrantes e inspiradas páginas.

Os chamados *Casebres do Loreto*, onde existiam os restos do palácio dos Marqueses de Marialva, atingido pelo terramoto e de que desde longa data se ocupou o nosso Município (13), continuaram ainda por muitos anos, chegando a pensar-se em construir aí uma Praça em honra do Duque de Lafões (14), que era ao tempo o representante e detentor de todos os vínculos da Casa Marialva, porque o 6.º Marquês (D. Pedro

(8) *Lisboa de outrora*, vol. 1.º, pág. 199.

(9) *Idem, idem*, pág. 228.

(10) *Idem, idem*, pág. 183.

(11) *Elementos para a história do município de Lisboa*, por Freire de Oliveira, vol. xv, pág. 535.

(12) *Jornal do Comércio* de 27 de Julho de 1856, que dizia assim: «Acaba-se o absurdo de haver uma rua com dois nomes».

(13) *Sinopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa* (ano 1837, págs. 27-29-30).

(14) *Jornal do Comércio* de 9 de Novembro de 1853.

José Joaquim Vito de Meneses Coutinho) morrera solteiro e sem sucessão legítima, quando representava o nosso Monarca junto de Luís XVIII.

Pela Carta de Lei de 10 de Agosto de 1854 ⁽¹⁵⁾, foi o Governo autorizado a expropriar por utilidade pública o respectivo terreno, que ficava compreendido entre o Largo das Duas Igrejas, Rua do Loreto, Travessa dos Gatos e Rua da Horta Seca, e a entregá-lo à Câmara Municipal de Lisboa, para o aplicar à formação de uma praça, que veio a chamar-se de Luís de Camões, onde se ergueu a estátua ao imortal cantor d'*Os Lusíadas*. Em 30 de Agosto de 1856 ainda tudo estava na mesma, dizendo-se que aí se abriria uma *Passagem* ao gosto das *Passages* de Paris ⁽¹⁶⁾, até que, «no verão de 1859, as picaretas municipais levantaram o dente contra a obra, outrora magnífica, dos Condes de Cantanhede e Marquesses de Marialva.» ⁽¹⁷⁾

*

É tempo de passarmos à história do palácio, do qual Júlio de Castilho coligiu apreciáveis elementos ⁽¹⁸⁾. A sua origem, posterior a 1830, deve-se ao abastado negociante e industrial José Ferreira Pinto Basto ⁽¹⁹⁾, que mandou levantar o airoso edifício sobre os antigos alicerces dum casarão que aí existia desde 1791, pertencente a outro rico negociante, de nome Francisco Higino Dias Pereira, em cujo primeiro andar residiu até 1801, data do seu falecimento ⁽²⁰⁾. As duas ruas que ladeiam o palácio, primitivamente chamadas do *Tesouro Velho* e do *Oiteiro*, dão hoje pelos nomes de *António Maria Cardoso* e *Paiva de Andrada*. Nos seus jardins situou-se o palácio de Pedro Álvares Cabral de Lacerda e suas dependências, ⁽²¹⁾ e no mesmo lugar, em 1820 ou 1822, Pinto Basto estabeleceu um pequeno laboratório químico, tendente ao descobrimento

⁽¹⁵⁾ *Diário do Governo* n.º 201 de 28 de Agosto.

⁽¹⁶⁾ *Jornal do Comércio* de 30 de Março de 1856.

⁽¹⁷⁾ Assim se expressou Júlio de Castilho (*O Bairro Alto*, vol. 2.º, pág. 87), que assinala outros acontecimentos de igual valor.

⁽¹⁸⁾ *O Bairro Alto*, 3.ª ed., vol. 2.º, pág. 138 a 140.

⁽¹⁹⁾ Nasceu no Porto a 16 de Setembro de 1774 e faleceu em Lisboa a 23 de Outubro de 1839. Temos em estudo um trabalho em que falaremos desenvolvidamente deste e de outros vultos do alto comércio e da grande indústria.

⁽²⁰⁾ Foi director da Companhia de Seguros *Comércio de Lisboa*, fundada em 18 de Março de 1794.

⁽²¹⁾ *Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa*, por Augusto Vieira da Silva pág. 53.

de barros com os requisitos necessários para fabricar porcelana. Só em 1824, depois de porfiados esforços, fundou a Fábrica de Vista Alegre.

A nova propriedade foi habitada pelo seu dono e senhor, que nela recebeu D. Pedro IV em 29 de Julho e 2 de Agosto de 1833 ⁽²²⁾. Pinto Basto, profundamente liberal, foi perseguido pelos governos contrários,



*A Rua das Portas de Santa Catarina e o Largo do Loreto,
(Lithografia. «Universo Pitoresco».)*

tendo facultado o seu palácio para muitas reuniões políticas, presididas pelo Marquês de Saldanha, após a convenção de Évora-Monte ⁽²³⁾.

Por morte do reedificador, o palácio passou, sucessivamente, a seu

⁽²²⁾ Junot, *Embaixador em Lisboa* (Ilustração Portuguesa, n.º 165 de 19 de Abril de 1905).

⁽²³⁾ *Memórias do marquês de Fronteira*, vol. 3.º, pág. 120.

filho José Ferreira Pinto Basto Júnior e ao neto Reinaldo Ferreira Pinto Basto; e por compra (no fim do século passado), ao comendador José Nunes Teixeira, que em praça suplantou dois outros interessados, grandes capitalitas, Francisco Augusto Mendes Monteiro ⁽²⁴⁾ e Manuel António de Seixas ⁽²⁵⁾. Os herdeiros venderam o prédio em Julho de 1902, por 80 contos, à Senhora Viscondessa de Valmor, já viúva (D. Josefina Clarisse de Oliveira), que o deixou a sua afilhada a Senhora D. Josefina Herédia, a quem ainda pertence.

A descrição deste imóvel, tanto no que respeita ao aspecto exterior, como no que pode observar-se interiormente, ao percorrer as principais salas, está feita por Norberto de Araújo, o grande enamorado de Lisboa ⁽²⁶⁾. Não há que fazê-la de novo e por isso nos permitimos transcrevê-la.

Quanto ao exterior:

«Fachada Principal, num corpo único, e nela: dois andares intermédios, cada um com sete janelas de sacada com boas grades do século passado, apoiadas em mísulas, e rematadas por cornija saliente, sendo as três janelas centrais de cada um destes andares ligadas por varanda, e coroadas de ática; o andar superior, acima do entablamento primitivo formando dois corpos laterais, cada um com duas janelas de sacada do tipo das dos outros andares e rematadas por platibanda, com pináculos nas extremidades; estes corpos superiores são centrados por balaustrada, que os une; o andar térreo, com três janelas de peito de cada lado do portão, n.º 8, este guarnecido de cantaria, fechando em arco abatido, sobre o qual assenta a varanda avançada central do antigo andar nobre.

A Fachada Poente sobre a Rua António Maria Cardoso, com três ordens de nove janelas de peito, e muro contíguo à rua.

A Fachada Nascente, sobre a Rua Paiva de Andrada, com quatro ordens de nove janelas de peito, e portas de estabelecimento no andar térreo, abertas no final do século passado.»

Quanto ao interior:

«Há a assinalar, apenas, a Escadaria, que abre à esquerda de um Átrio, hoje reduzido, e que dava acesso a um pátio, que desapareceu com as recentes obras de transformação, e, na Escadaria, de quatro lanços, a magnífica guarda de gradaria artística, de tipo francês, apatinada de ouro (1830).

⁽²⁴⁾ Faleceu em Novembro de 1890, deixando uma fortuna calculada em 4.000 contos de réis. Pai do Dr. António Augusto de Carvalho Monteiro, o *Monteiro Milhões*. Foi o adquirente do palácio Quintela, da Rua do Alecrim, no declínio financeiro da família Farrobo.

⁽²⁵⁾ Deputado da Nação e figura grada da Associação Comercial de Lisboa. Pertenceu à Comissão Fiscal do Banco de Portugal.

⁽²⁶⁾ *Inventário de Lisboa*, fascículo 9.

O antigo Salão Nobre (hoje do Conselho de Administração de «A Mundial»), no qual se admira um bom tecto, apainelado, com uma grande pintura central, a óleo, de sentido mitológico com figuração alada e uma figura de mulher, parecendo tratar-se de uma «Glorificação» ou de uma «Aurora»; a sobresanca deste tecto está enriquecida por decorações e finos ornatos de grinaldas, que dão envolvimento, em cada face, a um medalhão oval com figurinhas aladas, em alegoria às artes, literatura, música e ciências.

(Este tecto, como aquele a que adiante se alude, foram restaurados em 1948 pelo pintor Albino Cunha. Há quem os atribua a Pedro Alexandrino, sem fundamento sério, pois este pintor havia falecido já quando o palácio foi reedificado, a menos — e é admissível mas problemático — que José Ferreira Pinto houvesse aproveitado alguns salões do palácio primitivo; neste caso mais parece as decorações referidas serem do pincel de Volkmar Machado, pela semelhança da técnica e dos motivos com outros tectos da invenção deste artista).

Sala antiga de Música (hoje da direcção), cujo tecto apainelado mostra uma pintura central «O Triunfo de Apolo», com figuração mitológica, vendo-se nas quadrelas decorações de grinaldas e de motivos musicais, do pincel, evidentemente, do mesmo autor das pinturas da sala acima referida.

Outros dois tectos, da mesma época e estilo, em duas salas, hoje subdivididas, mas encobertas totalmente por sobretectos recentes que defendem as pinturas, as quais se podem descortinar por uma abertura.»

O inquilinato, por numeroso, torna duvidosa a sua integral enumeração, como já muito se lastimava Mestre Castilho.

Reportando-nos ao tempo do primitivo edifício, encontra-se como mais marcante morador o então general João de Lannes, que foi marechal da França, duque de Montebelo e príncipe de Sièvers. Chegou ao nosso país em 1802, como embaixador do seu governo, nesse mesmo ano fixando aqui a sua residência ⁽²⁷⁾ e cedeu o lugar e a casa ao novo representante da França, Jean Andoche Junot, que entrou em Lisboa a 12 de Abril de 1805 e foi recebido no paço de Queluz, pelo príncipe regente, doze dias depois. Um e outro pagavam de renda anual 1.600\$000 réis ⁽²⁸⁾.

Como nos diz Fonseca Benevides e confirma Eduardo de Noronha ⁽²⁹⁾, o Ministro Lannes, em 10 de Maio de 1804, promoveu na Legação um concerto musical, a que se seguiu grande baile e lauta ceia, em comemoração da boa nova recebida de que o general Bonaparte escapara de uma tenta-

⁽²⁷⁾ Transferiu-se da *Hospedaria Inglesa*, no palácio de D. José Lobo da Silveira, no Largo do Conde Barão, à esquina da Rua dos Mestros, tendo estado antes nas Casas do Desembargador Santa Marta, donde saíra o consul de Inglaterra. Fez leilão da sua mobília em 1802 (*Gazeta de Lisboa*, n.º 35, de 31 de Agosto).

⁽²⁸⁾ Junot, *Embaixador em Lisboa*, por Tinop (*Ilustração Portuguesa*, n.º 165, de 19 de Abril de 1905).

⁽²⁹⁾ *O Real Teatro de S. Carlos*, vol. 1.º, pág. 82. — *Pina Manique*, pág. 283.

tiva de assassinio. Nesse serão de arte, fizeram-se ouvir os principais artistas que cantavam em S. Carlos (Catalani, Gafforini, Mombelli, Naldi, Mattucci, Angelelli e Violani), regidos por Fioravanti e Marcos Portugal⁽³⁰⁾. De manhã houvera um solene *Te-Deum* na igreja de Nossa Senhora do Loreto, onde tocaram os músicos da Real Capela e do Real Teatro de S. Carlos. Assistiram o corpo diplomático, a aristocracia, alto funcionalismo, comércio, etc.

Tinop, a quem estas duas figuras de diplomatas não passaram despercebidas, mencionou que esta Legação foi tida como dos melhores «centros de convívio», no tempo dos dois ministros⁽³¹⁾.

Lannes cativou a simpatia do príncipe regente D. João, a ponto de se tornar seu compadre, quando o futuro rei se dispôs a ser padrinho dum filho seu⁽³²⁾; e madame Louise Lannes, «com a sua graça fluída, fascinou a corte de Queluz».

Junot pensou em transferir a Legação para o palácio dos *Meninos de Palhavã*, porque os sinos da igreja de Nossa Senhora da Encarnação lhe perturbavam o sossego⁽³³⁾. Mas enquanto residiu no nosso país deu grandes bailes e recepções, a que se referem Pinto de Carvalho, Caldeira Pires, Francisco Câncio e Laura Junot⁽³⁴⁾.

Anos depois, em 1808, a antiga Legação foi aproveitada para instalar parte do estado-maior do exército dominante⁽³⁵⁾, e, de 1809 a 1816, ocupou-a o Comissariado do Exército Britânico. Mas, anteriormente, em 1806, era residência do grande negociante e empresário de S. Carlos, João Pereira de Sousa Caldas, para em 1817 acolher outro capitalista, José Pereira Palha, em 1827 José Ferreira Pinto Basto e em 1830 o Colégio de Madame Champeaux.

O 1.º Duque de Palmela (D. Pedro de Sousa e Holstein)⁽³⁶⁾ veio

⁽³⁰⁾ Foi nessa data que Gafforini apresentou pela primeira vez o novo penteado, grande moda em Paris, que se ficou conhecendo por *Gaforina*.

⁽³¹⁾ *Lisboa de outrora*, vol. 1.º, págs. 184 a 186.

⁽³²⁾ Cerimónia efectuada na Capela do Palácio da Bemposta em 29 de Setembro de 1803. Nessa noite houve um luzido serão no palácio do Embaixador (*Junot, Embaixador em Lisboa*, lug. cit.).

⁽³³⁾ *Junot, Embaixador em Lisboa*, lug. cit.

⁽³⁴⁾ *Junot, Embaixador em Lisboa, História do Palácio Nacional de Queluz, O Paço de Queluz, Souvenirs d'une ambassade*. A mobília da legação foi leiloada em Fevereiro, Março e Maio de 1806 (*A Marquesa de Chaves*, de Eduardo de Neronha, pág. 50).

⁽³⁵⁾ Os ajudantes de campo Laval, Prévost, Thomassin, Hersan e o príncipe de Salm. O estribeiro Maurício Cambis, por alcunha o *rei da Pérsia* e o general Thiébauld alojaram-se no palácio de Jacome Ratton.

⁽³⁶⁾ Nasceu em Turim a 8 de Maio de 1781 e faleceu em Lisboa a 12 de Outubro de 1850.

habitar esta Casa, quando o seu palácio do Rato beneficiava de grandes obras. E aqui nasceu, a 4 de Agosto de 1841, a sua muito ilustre e ilustrada filha, a senhora D. Maria Luisa Domingas, 3.^a duquesa de Palmela ⁽³⁷⁾, a filantrópica dama, de alta estirpe, fundadora das Cozinhas Económicas. É ainda desta vez, porque o aristocrático inquilino presidia então ao Conselho de Ministros, o palácio do Loreto foi centro de conciliábulos políticos. Estava em joga a carta constitucional jurada em 1842 ⁽³⁸⁾.



O Largo das Duas Igrejas e o Palácio, na actualidade

O *Hotel de Itália*, pertencente a Barradim, que «dava uns finíssimos jantares de peixe às sextas-feiras, e tinha o melhor *cognac* conhecido em Lisboa» ⁽³⁹⁾, já em 1850 ocupava o rico imóvel, onde se realizou o banquete oferecido a Constantino, *rei dos floristas*, a primeira vez que esse notável artista voltou a Portugal, tendo presidido Almeida Garrett ⁽⁴⁰⁾. Aí se hospedou em 1852 o poeta castelhano D. Francisco Martinez de la Rosa ⁽⁴¹⁾.

⁽³⁷⁾ *Cartas de Lisboa*, por Carlos Malheiro Dias, vol. 2.º, pág. 39.

⁽³⁸⁾ *Memórias do Marquês de Fronteira*, vol. 3.º, pág. 328.

⁽³⁹⁾ *Os excêntricos do meu tempo*, de Luís Augusto Palmeirim, pág. 97.

⁽⁴⁰⁾ *O Jardim Constantino e o seu titular, o Rei dos floristas*, pelo autor (*Revista Municipal* n.ºs 69 e 70).

⁽⁴¹⁾ *O Bairro Alto*, vol. 2.º, pág. 140. Nasceu em Granada em 1799 e faleceu em Madrid em 1862.

Seguiu-se-lhe o *Hotel Mata*, do formidável culinário João da Mata — «príncipe dos cozinheiros portugueses» lhe chamou o professor Melo Breyner ⁽⁴²⁾ — que conheceu e privou com as grandes notabilidades do tempo ⁽⁴³⁾ e que Guerra Junqueiro muito reclamava ⁽⁴⁴⁾. João da Mata criou dois pratos que entendeu dedicar à Família Real Portuguesa e à Família Imperial Brasileira, e publicou dois livros de cozinha, um dos quais com prefácio de Alberto Pimentel, datado de 1875 ⁽⁴⁵⁾.

Mas a série dos estabelecimentos desse género abriu com o *Hotel da Península* (1844-1848), que bateu os dois outros em notoriedade e luxo, dizendo-se que estava convertido na mais bela hospedaria de Lisboa. Logo após a inauguração, a 24 de Outubro, deu hospedagem ao enviado do Sultão de Constantinopla, Fuad Effendi, que três dias depois foi apresentado a Suas Majestades ⁽⁴⁶⁾ e a 24 do mês seguinte foi recebido pelo Duque de Palmela, no Paço do Lumiar, que lhe ofereceu um almoço-dança, com jogo de xadrez ⁽⁴⁷⁾.

Por curioso, damos em síntese a forma como a Imprensa do tempo desenhou a figura desse diplomata turco, que abandonou o nosso país no fim de Novembro, em direcção a Smirna.

«É Fuad-Effendi um guapo turco, ainda moço, bem apessoado, de linhagem nobre, e grande credito na sua terra; muito rico, cortesão com os homens, delicado com as damas, conhecedor e amado dos costumes europeus, exprimindo-se em francês com pureza e facilidade; em uma palavra, tão pouco mahometano, segundo a ideia que dos mahometanos fazemos geralmente, que permitindo-lhe o profeta encher de perolas o tesoiro do seu harém, ou, falando sem figura, ter um bando de mulheres para o endoidecerem, disse ao profeta, que lhe ficava agradecido, mas que lhe bastava uma, e com uma se contentou: e agora contenta-se ainda com menos porque madame Effendi ficou em Constantinopla.» ⁽⁴⁸⁾

⁽⁴²⁾ *Memórias*, vol. 1.º, pág. 357.

⁽⁴³⁾ Esteve também estabelecido com restaurantes no Cais do Sodré e na Rua do Oiteiro, e hotéis na Rua do Ouro, na loja e 1.º andar do actual edificio do Montepio Geral; no prédio da Avenida da Liberdade n.º 65, onde foi o Teatro do Infante e é hoje, no 1.º andar, a Ordem dos Médicos; na Rua Garrett 74, 1.º, palácio que foi do Marquês de Nisa, em que está presentemente o *Turf Club*; e no palácio do Calhariz, hoje Administração Central da Caixa Geral de Depósitos.

⁽⁴⁴⁾ *Esboços individuais*, de Henrique das Neves, pág. 23.

⁽⁴⁵⁾ *Arte de servir à mesa ou Preceitos úteis para criados e donos de casas* (Lisboa 1872) e *Arte de cozinha* (6.ª ed. — Lisboa 1924).

⁽⁴⁶⁾ *Revista Universal Lisbonense*, n.º 15, de 31 de Outubro de 1844 (vol. 4.º, pág. 180).

⁽⁴⁷⁾ *Idem*, n.º 20, de 5 de Dezembro (vol. 4.º, pág. 242).

⁽⁴⁸⁾ *Lug. cit.*, pág. 180.

Ficou célebre o baile-sarau realizado em 29 de Março de 1845, em benefício dos «emigrados políticos e mais pessoas necessitadas», consequência da revolta do ano anterior em Torres Novas, e de cuja comissão promotora fez parte um membro da família Pinto Basto (Domingos Ferreira). Nessa festa tomou parte a cantora Rossi-Caccia, a mais festejada na temporada de 1843 a 1846, e também Tamberlick e Sarmathei⁽⁴⁹⁾, e a ela dedicou Almeida Garrett uma inspirada poesia. A ode despertou grande entusiasmo e foi geralmente decorada, mas os seus antecedentes haviam dado lugar a um incidente entre o poeta e um seu amigo e correligionário, sclicitante da composição⁽⁵⁰⁾, que vamos transcrever, porque ficou ligada à história do *Hotel da Península*, onde foi largamente distribuída:

OS EXILADOS

À Senhora Rossi-Caccia

Elles tristes, das praias do destêrro,
Os olhos longos e arrazados de água
Estendem para aqui... Cravado o ferro
Da saudade têm n'alma: e é negra mágua
A que lhes ralla os corações afflictos,
É a maior da vida — são proscrittos.

Dor como outra não ha, é a dor que os matta!
Dizer eu: «Essa terra é minha... minha,
Que nasci n'ella, que a servi, a ingrata!
Que lhe dei... dei por ella quanto tinha,
Sangue, vida, saude, os bens da sorte...
E ella, por galardão, me intrega á morte!»

Morte lenta e cruel — a de Ugolino!
Bem lhe quizeram dar...
Mas não será assim: sôpro divino
De bondade e nobreza
Não o póde apagar
Nos corações da gente portugueza
Esse rancor de fera
Que em almas negras negro e vil impera.

(49) *Lisboa de outros tempos*, vol. 1.º, pág. 292. *A Sociedade do delirio*, de Eduardo de Noronha, pág. 173. *Garrett e as cantoras de S. Carlos*, por Xavier da Cunha, págs. 47 e segs.

(50) *Memórias biográficas de Garrett*, vol. 3.º, págs. 127 e segs.

Tu, genio da Harmonia,
Tu sólta a voz em que triumpha a glória,
Com que suspira amor!
Bella d'enthusiasmo e de fervor,
Ergue-te, ó Rossi, tua voz nos guia:
A tua voz divina
Hoje um echo immortal deixa na história.

Inda no mar d'Egina
Sôa o hymno d'Alceu;
E atravessaram seculos
Os cantos de Tyrtheu.
Mais poderosa e válida
A tua voz será;
A tua voz etherea,
Tua voz não morrerá.

Nós no templo da glória pendurâmos
Esta c'roa singela
Que de myrtho e de rosas intrançâmos
Para essa fronte bella:
Aqui, de voto, ficará pendente,
E um culto de saudade
Aqui, perennemente,
Lhe daremos no altar da Liberdade.

A festa teve uma concorrência numerosa e o serviço fez-se «com muito aceio, profusão e regularidade», escreveu *A Revolução de Setembro*, tendo rendido a importância líquida de 810\$310, que se remeteu para Espanha e França, onde estavam exilados os políticos combatentes.

Dois meses depois, o professor Scheridan Knowles, de passagem em Portugal, promoveu neste Hotel uma série de conferências intitulada *Leituras de Literatura Dramática Inglesa*, que teve início em 21 de Maio. Os bilhetes de entrada custavam 2\$400 réis ⁽⁵¹⁾.

Após a convenção de Gramido (29 de Junho de 1847), outro hóspede de grande representação entrou neste estabelecimento: o General Manuel Gutiérrez de la Concha, que do Porto veio à Capital em 13 de Julho, preparando-lhe o Governo Português uma excelente recepção. Este cabo-de-guerra, notável militar e político espanhol, era capitão-general da Catalunha quando as potências signatárias da quádrupla aliança delibera-

(51) *Carteira do Artista*, por Sousa Bastos, pág. 191/2.

ram intervir nos negócios de Portugal, para que se firmasse no trono a situação da rainha D. Maria II, que as mesmas potências julgavam em perigo, em consequência da agitação política e revolucionária que lavrava no país. Tomou o comando do corpo expedicionário que entrou em Portugal e ocupou o Porto, depois de ter vencido em 30 de Junho de 1847 as forças do Conde das Antas, pondo termo à revolta denominada *Maria da Fonte*. Foi agraciado com o título de Marquês do Douro.

A *Assembleia da Península*, também chamada *Sociedade da Península*, fundou-se em 1848 e deixou dela os ecos mais brilhantes e altissonantes do tempo. Ficaram célebres os seus bailes⁽⁵²⁾, que no decorrer do século passado rivalizaram com as melhores diversões desse género, em que tomava parte a primeira sociedade, que muito distinguiu o *Club Lisbonense*, a *Assembleia Portuguesa*, a *Assembleia Lisbonense* e a *Real Academia Melpemonense*.

«Dançou-se muito no prédio da família Pinto Basto», como no-lo afirmou o nosso Júlio de Castilho, pois a *Assembleia da Península* atraiu às suas salas «Lisboa inteira».

Do que era a vida da sociedade e ao que obrigavam as desenfreadas lutas políticas, dá bem expressiva nota esta reportagem da época, acerca dum dos primeiros bailes da *Assembleia da Península*:

«A reunião foi como se esperava, concorreram pessoas dos diversos partidos políticos, e não faltou quem observasse no meio de uma das salas dois generais, que se abraçavam e que ainda ha pouco, por desgracia desta malfadada terra, desembainharam a espada um contra o outro no campo de guerra das nossas tristes dissensões.»⁽⁵³⁾

O Ministério do Reino passou para este edifício depois de 12 de Janeiro de 1867, data em que um incêndio destruiu as suas repartições situadas no extremo oriental do Terreiro do Paço, e permaneceu até que, em 2 de Novembro de 1879, foi ocupar a actual parcela do belo conjunto architectónico da majestosa praça pombalina; e também deram preferência a esta Casa Nobre a Companhia Nacional dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta⁽⁵⁴⁾, a sua congénere Empresa do Caminho de

⁽⁵²⁾ De alguns desses bailes deu relato a *Revista Universal Lisbonense*, vols. 7.º, pág. 84-156 e 8.º, pág. 119.

⁽⁵³⁾ *Revista Universal Lisbonense* n.º 7 de 20 de Janeiro de 1848.

⁽⁵⁴⁾ Foi seu administrador principal o conselheiro António de Serpa Pimentel. Dissolvida em 1946, passou a exploração das suas linhas para a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

Ferro até Santarém, a Real Associação Naval fundada em 6 de Abril de 1856 ⁽⁵⁵⁾, o *Turf Club* que entrou em Abril de 1888 e a *Liga Naval Portuguesa* de 1904 a 1909 ⁽⁵⁶⁾, ou seja antes de ocupar as principais salas do antigo Palácio do Calhariz, que é hoje propriedade da Caixa Geral de Depósitos.

A redacção de *O Reporter*, importante diário da imprensa, cujo primeiro número se publicou em 1 de Janeiro de 1888, fixou-se no 2.º andar, a partir de 15 de Junho seguinte ⁽⁵⁷⁾. A este periódico e aos homens que o dirigiam, se referiu D. Alberto Bramão, fornecendo preciosos elementos para a história do nosso jornalismo político ⁽⁵⁸⁾.

A Companhia União Comercial, na qual se incorporou a Companhia de Seguros Bonança e por isso foi designada Companhia União Comercial e Bonança, aqui teve a sua sede em 1854, e dela era director, em 1849, Duarte Ferreira Pinto Basto. Entre os seus principais accionistas dirimiu-se um grande pleito em 1849-1850, nele tendo acção importante os senhores conde de Farrobo, Carlos Morato Roma, Vicente Gonçalves Rio Tinto, Faustino da Gama, José António Pereira Serzedelo e outros mais preponderantes capitalistas da época ⁽⁵⁹⁾. Com esta Companhia teve grandes afinidades o Crédito Móvel, fundado por um conde francês (Mr. Prost), casado com a bailarina espanhola Palmira Andrew ⁽⁶⁰⁾, e que se instalou em 1856, ano em que também aqui esteve localizado o *Instituto de Humanidades*.

O Dr. Manuel Ferreira Cardoso, médico muito distinto formado pela Universidade de Coimbra em 1877, que exerceu clínica em Lisboa, foi professor do Liceu do Carmo e discípulo em Paris do grande médico, especialista de doenças nervosas, Dr. Charcot, habitou durante anos no

⁽⁵⁵⁾ Seus fundadores: S. M. El-Rei D. Pedro V, S. A. R. o Infante D. Luís, Visconde de Atouguia, Visconde de Soares Franco, Conde das Alcáçovas, Abel Power Dagge, Herman Frederico de Moser, James Garland, José Lourenço da Luz, Luís de Almeida e J. G. Roldan.

⁽⁵⁶⁾ Agremiação patriótica fundada em 1902, que tinha por fim promover a regeneração e o progresso da Marinha Portuguesa.

⁽⁵⁷⁾ O número-programa saiu em 24 de Dezembro de 1887. A redacção foi inicialmente no Pátio do Salema, n.º 4, tendo como primeiro director M. Pinheiro Chagas e secretário da redacção Urbano de Castro, substituídos, a partir do n.º 21 (21 de Janeiro de 1888), por J. P. Oliveira Martins e Fialho de Almeida. Em 1889, a direcção passou a cargo de José Maria de Alpoim.

⁽⁵⁸⁾ *Recordações*, págs. 31 e segs.

⁽⁵⁹⁾ Além das notícias e campanhas nos periódicos, deu-se publicidade em 1849 aos seguintes folhetos: *A Questão da Companhia União Comercial*, por Faustino da Gama e *Duas palavras ao senhor Faustino da Gama e aos seus parciais sobre a questão da União Comercial*, por V. J. Rio Tinto.

⁽⁶⁰⁾ *Lisboa de outros tempos*, por Tinop, vol. 1.º, pág. 307.

3.º andar do palácio do Loreto e lá se finou em Janeiro de 1922. Foi uma figura muito prestigiosa, militante entusiasta do miguelismo e músico amador de grande apreço. Tornara-se conhecido por «Cardoso da Flauta», instrumento que tocava com grande gosto e trazia sempre consigo, e a tal ponto levava o seu entusiasmo musical, que substituiu, graciosamente, os artistas profissionais que sabia estarem contratados para tocar nas igrejas ⁽⁶¹⁾.

O Dr. Ferreira Cardoso conviveu com o marquês de Borba, visconde de Atouguia e coronel de artilharia Ferreira da Silva («Ferreirão»), que eram igualmente ilustres amadores, tomou parte em muitos concertos na Real Academia dos Amadores de Musica e Liga Naval Portuguesa, e frequentava os mais elegantes círculos de cultura musical, as casas das Ex.^{mas} Condessa de Proença-a-Velha e D. Sara da Mota Ferreira Marques e do visconde de Carnaxide, hoje representado por sua Ex.^{ma} Filha, D. Elisa Baptista de Sousa Pedroso. Lambertini, director de *A Arte Musical*, proprietário do salão de músicas da Praça dos Restauradores ⁽⁶²⁾, onde se realizaram conferências literárias, classificou de «primoroso flautista» o ilustre médico-artista, cuja esposa, D. Luisa da Mota Cardoso, era exímia pianista e «acompanhadora de primeira lei».

Foi neste palácio, já tão rico de história, que se instalou, na sua fundação, o Banco Nacional Ultramarino, fixando-se desde Agosto de 1864 a 17 de Julho de 1867, data em que transitou para a Rua Nova de El-Rei ⁽⁶³⁾; e, em 1873, outro estabelecimento de crédito, o Banco do Porto, preferiu parte do edifício para lhe servir de filial em Lisboa ⁽⁶⁴⁾.

Para finalizar, enumeram-se os rendeiros de mais longa permanência, que são: de 1905 a 1946, a Associação Central de Agricultura Portuguesa (União Central dos Agricultores Portugueses) ⁽⁶⁵⁾, que até à queda do antigo regime se denominou Real Associação Central de Agricultura Portuguesa (Sindicato Agrícola Central) ⁽⁶⁶⁾, e que teve a sua exis-

⁽⁶¹⁾ Informação gentilmente prestada pelo nosso amigo Dr. Eduardo Neves, que já se referiu publicamente a esta simpática figura (*Olisipo* n.º 58, pág. 154).

⁽⁶²⁾ Teve os n.ºs 43 a 49, hoje 62 a 68. As lojas estão ocupadas pela «Casa de Arameiro» e uma agência do Banco Português do Atlântico.

⁽⁶³⁾ Não é exacta a data que tem sido indicada — 1860. Vº. *Da Rua Nova à Rua dos Capelistas*, do autor.

⁽⁶⁴⁾ Também erradamente se tem citado o ano de 1843, muito anterior ao da fundação deste Banco.

⁽⁶⁵⁾ Constituída em 10 de Junho de 1860.

⁽⁶⁶⁾ Instituída sob a protecção de S. M. El-Rei D. Pedro V. Presidente perpétuo, S. M. El-Rei D. Fernando. Existira antes a Associação Agrícola de Lisboa, acerca da qual o *Jornal do Comércio* inseriu, em 9 e 19 de Julho de 1856, artigos de fundo sobre a vida precária dessa instituição.

tência ligada, na própria sede, à Real Associação de Agricultura e Sericultura de Portugal; e, após a sua fundação, em 1913, a Companhia de Seguros *A Mundial*, que aqui inaugurou a sua sede em Dezembro de 1914 ⁽⁶⁷⁾.

Nas salas reservadas à Associação de Agricultura, onde também funcionou a Sociedade de Ciências Agronómicas de Portugal ⁽⁶⁸⁾, realizaram-se anualmente, entre 1932 e 1947, as sempre apreciadas exposições de pombos ⁽⁶⁹⁾; e, até ao ano de 1913, teve existência o Museu Agrícola, iniciativa da mesma Associação. Outras exposições aí se levaram a efeito, como a de tapetes e produtos agrícolas.

A Mundial, uma das mais antigas empresas seguradoras do país, instaladora em Portugal da exploração do ramo de acidentes no trabalho, iniciou as suas operações em 17 de Novembro de 1913 ⁽⁷⁰⁾. Fez de sua conta grandes obras de restauro em 1948-50 e ocupa toda a área do palácio, com excepção das lojas do lado da Rua Paiva de Andrada e dos compartimentos, no 3.º andar, que destinou à Sociedade de Casas Económicas ⁽⁷¹⁾, com a qual tem afinidades. É proprietária do *Jornal de Seguros*, fundado em 1906.

Neste palácio permanecerá a sede da Companhia de Seguros *A Mundial*, que não tenciona utilizar a grande construção de nove andares que está a levantar no Largo Martim Moniz. Tratando-se de mero emprego de capital, esse edifício destina-se, sim, à instalação de um grande hotel residencial (nos seis últimos andares), aproveitando-se os restantes pisos para escritórios e estabelecimentos comerciais. Para uma das lojas irá a velha Ourivesaria da Guia.

E assim damos por findo este bosquejo de história urbanística. É pequeno o nosso contributo, mas é tudo quanto pudemos carrear para o grande edifício em que vão rareando os esforçados obreiros.

⁽⁶⁷⁾ V^o *Ilustração Portuguesa*, n.º 461, de 21 de Dezembro de 1914.

⁽⁶⁸⁾ Fundada por agrónomos e silvicultores. Estatutos aprovados em 31 de Março de 1903.

⁽⁶⁹⁾ A iniciativa partiu de 25 de Maio de 1907, no Parque Eduardo VII.

⁽⁷⁰⁾ Portaria de 24 de Outubro. O seu 1.º presidente da Mesa da Assembleia Geral foi o Conselheiro de Estado, Dr. Artur Alberto de Campos Henriques, que exerceu idênticas funções, desde a fundação (1907) até 1915, na Companhia congénere *Portugal Previdente*.

⁽⁷¹⁾ Constituída por escritura social de 31 de Março de 1919, tendo por finalidade construir, adquirir, alienar ou dar de arrendamento casas económicas e suas dependências ou anexos. Actualizados os seus estatutos por escritura de 2 de Fevereiro de 1950 (*Diário do Governo* de 22 do mesmo mês).

INAUGURAÇÃO

do estabelecimento das diligências entre Lisboa e Coimbra em 1798

por CARLOS ALBERTO LOPES TEIXEIRA

COM a recente inauguração de mais um meio de transporte terrestre, o rápido e confortável combóio-eléctrico, que nos conduz, com segurança, de Lisboa ao Carregado e de Lisboa a Sintra, faz-nos pensar de que maneira e condições viajavam os nossos avós no velho tempo das diligências por estradas ruins e perigosas; uma autêntica aventura em que, muitas vezes, se arriscava a própria vida.

Reportemos a algumas curiosas notas, quando da inauguração do estabelecimento da carreira em diligências, entre Lisboa e Coimbra, no reinado de D. Maria I.

O viajante sendo pessoa conhecida no meio ou apresentando seu bilhete, podia tomar, em Lisboa, na Repartição do Correio por mão do administrador das diligências e em Coimbra do seu comissário, um ou mais, dos quatro lugares da carruagem, pagando por cada um deles 9\$600 réis, podendo levar bagagem até 20 arrates (cerca de 9 quilos), correspondente a cada lugar. As malas eram pesadas antes de se entregarem ao cocheiro e por cada arrátel que excedesse ao peso regular, pagavam-se 120 réis; mas assim mesmo, nenhum passageiro podia levar mais de 2 arrobas (30 quilos), todas as vezes que os quatro lugares fossem ocupados, de maneira, que a traseira da diligência nunca ultrapassasse o peso de 8 arrobas.

A diligência partia de Lisboa às segundas, quartas e sextas, pelas 5 horas da manhã. Também nos mesmos dias e horas saía a diligência de Coimbra. Juntavam-se ambas, nos mesmos dias, às 9 horas da noite, na estalagem dos Carvalhos, Leiria, se chegassem à tabela é claro, para descanso dos viajantes. O recomeço das viagens era às 5 horas da manhã de terças, quintas e sábados, para entrarem, respectivamente, em Lisboa e Coimbra até às 9 horas da noite.

O almoço, da diligência que partia de Lisboa, era servido na Castanheira e da que partia de Coimbra, em Pombal.

Nenhum passageiro podia mandar parar a carruagem sem causa muito urgente. Somente nas casas de posta lhes era permitido aprear, enquanto se mudavam os animais, o que não ia além de 10 minutos e se o viajante não estivesse na carruagem findo esse tempo, que era anunciado pela trombeta, incorria na perda do lugar e a sua bagagem seria entregue ao fiscal de posta para onde se destinava o passageiro, a fim de lhe ser restituída mais tarde.

Era vedado a todo o passageiro ser incorrecto para com os cocheiros, sotas, moços de posta ou contra os estalajeiros. Tinham a obrigação de se apresentarem com asseio, quer nas estalagens quer dentro das carruagens, sob pena de pagarem o tresp dobro do dano causado às pessoas encarregadas da conservação e limpeza das mesmas.

Toda a pessoa era obrigada a dar livre e pronta passagem às diligências nas estradas, pontes e povoações. Se transgredisse, seria castigada como perturbadora da comunicação dos Correios. Todos os veículos nas estradas, também eram obrigados a dar a prioridade às diligências, logo que a trombeta anunciasse a sua aproximação, de forma que o seu andamento não fosse retardado.

Quando alguma das diligências seguia para o seu destino com lugares vagos, qualquer viajante, nas casas de posta a que ela chegasse, podia ocupar o lugar vago, mediante o pagamento de 360 réis por cada légua ao cocheiro.

As estalagens e as casas de posta destinadas a servirem refeições aos passageiros das diligências, estavam isentas de todos os encargos públicos e os seus empregados não podiam ser presos para servirem como soldados, nem distraídos para serviço ou encargo algum público. As casas de posta e estalagens estavam ostentadas com as armas reais e nelas não se podiam lançar aboletamentos ou aposentadorias. A sua fiscalização era confiada a um superintendente das estradas.

Na estalagem dos Carvalhos, o estalajeiro era obrigado a manter os seus melhores quartos prontos todas as noites, para que os passageiros pudessem dormir neles. Nas noites frias de inverno o estalajeiro tinha a obrigação de colocar uma bacia com brasas ou um fogueiro aceso na sala de entrada à chegada dos viajantes das diligências.

As refeições eram servidas em mesa-redonda aos oito passageiros que pudessem chegar nas duas carruagens, e sem o consentimento destes o estalajeiro não podia fazer sentar, na referida mesa, pessoa alguma. Nos dias de carne, a ementa para a mesa-redonda, constava de canja de três galinhas temperadas com presunto, arroz, um prato de assado, salada, fruta de duas qualidades, queijo, pão e meia garrafa de vinho para cada pessoa. Nos dias de peixe, era servida canja de duas galinhas, dois pratos diversos de peixe, verduras, um prato de ovos, fruta, pão, queijo e vinho. O preço do jantar, em mesa-redonda, era de 800 réis.

Na estalagem havia quartos de uma ou duas camas e todos eles possuíam cadeiras, mesas e mais utensílios necessários para cómodo e asseio dos fatigadíssimos viajantes. O preço dos quartos de uma cama e com luz de candeia de azeite era de 300 réis. Mas se o hóspede preferisse luz de vela de cera, pagava, por cada uma, mais 120 réis.

O viajante que para seu maior sossego ou por doença, quisesse jantar no quarto, pagava 960 réis e teria as mesmas iguarias destinadas à mesa-redonda.

Se os viajantes fossem acompanhados por criados, a estes eram fornecidos um jantar e cama por 480 réis, cada um.

O almoço, que também era servido em mesa-redonda, constava de sopa, carne, peixe, arroz, verduras, duas qualidades de fruta, pão, queijo e meia garrafa de vinho do distrito, pagando-se por tudo isto 800 réis.

Estes preços eram fiscalizados pelo superintendente das estradas, que obrigava o estalajeiro a ter bem patente ao público, uma tabela dos ditos preços e assinada por aquele magistrado.

O referido superintendente tomava todas as providências para que houvesse na estalagem dos Carvalhos, o maior asseio e para que os mantimentos fossem da melhor qualidade e tudo quanto pudesse contribuir para segurança e comodidade dos passageiros. Para que o estalajeiro cumprisse estas ordens, era proibido por dez anos, na distância de uma légua ao longo da estrada, existir e estabelecer qualquer outra estalagem, venda ou taberna naquele sítio.

O administrador das diligências era um funcionário de maior graduação do Correio Geral, nomeado para esse cargo, pela Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Estava encarregado da distribuição dos lugares da diligência, dando a preferência às pessoas que primeiro se apresentassem.

Nos bilhetes eram marcados as letras que designavam os lugares na carruagem, o nome do passageiro, o dia da partida, o peso da mala e a rubrica do administrador.

As bagagens eram entregues ao cocheiro uma hora antes da partida da carruagem e a mala das cartas entregava-se ao mesmo, um quarto de hora antes do início da viagem para Coimbra ou vice-versa.

A distribuição dos lugares, venda de bilhetes, etc., pelo comissário de Coimbra, era idêntica à que se procedia em Lisboa.

O superintendente nomeava fiscais nas casas de posta, para estes velarem pelo bom tratamento a dar aos animais de tiro e pela conservação e asseio das carruagens e arreios. Também fiscalizavam o serviço prestado pelos cocheiros, sotas e moços de estrebaria.

A disciplina para com o pessoal das casas de posta era bastante severa. Assim, todo o moço que fosse descuidado e omissos no tratamento dado aos animais ou desobedecesse aos fiscais, era castigado com perda de salário ou despedido.

A escolha dos cocheiros, sotas e moços de cavalharice pelo superintendente das estradas, era seleccionada. Deviam ser inteligentes e de bom comportamento. Os cocheiros eram autorizados a trazer nas viagens, bacadartes ou pistolas para defesa dos objectos das diligências.

Aos cocheiros era-lhes interdito trazer cartas ou encomendas de qualquer natureza com eles, nem podiam consentir, nas carruagens, coisa alguma que não viesse declarada nos bilhetes dos passageiros, sob pena de serem despedidos. Também, por motivo nenhum, deviam conduzir as carruagens fora dos sítios ou das estradas de posta e se praticassem o contrário, seriam despedidos e presos por três dias. Qualquer do pessoal podia despedir-se mas, primeiramente, era obrigado a avisar o fiscal com um mês de antecedência, e o que transgredisse esta cláusula, causando, por esse motivo, retardamento das diligências, seria preso e remetido ao superintendente das estradas para ser castigado, segundo o dano que tivesse originado.

E aqui fica registada, em breves palavras, a maneira como foram organizadas e estabelecidas as viagens em diligências, entre Lisboa e Coimbra, há mais de século e meio.

O problema da distribuição do correio em Lisboa

por MÁRIO SANDE FREIRE

I

Lisboa de hoje

A Capital do Império, a cidade do Tejo, que foi a primeira do Mundo nos tempos gloriosos de quinhentos, desenvolveu-se de um modo extraordinário nos últimos vinte anos.

Constantemente se abrem novas artérias e se constroem novas habitações. A urbanização nas áreas de Alvalade, Areeiro, Olivais e Encosta do Restelo, atinge proporções dignas de menção, assim como a construção dos bairros de Caselas, Caramão, Serafina, Pontinha e outros mais, constituídos por centenas de fogos.

Por elementos colhidos no Instituto Nacional de Estatística, verifica-se que, foram construídos de 1941 a 1951 os edifícios seguintes :

| Para habitação | | Para Comércio e Indústria | | Mistos | | Não especificados | | Total | |
|----------------|------------|---------------------------|------------|-----------|------------|-------------------|------------|-----------|------------|
| Edifícios | Pavimentos | Edifícios | Pavimentos | Edifícios | Pavimentos | Edifícios | Pavimentos | Edifícios | Pavimentos |
| 5383 | 16739 | 87 | 226 | 23 | 76 | 33 | 39 | 5526 | 17080 |
| 1955 | | | | | | | | | |
| 521 | 2285 | 9 | 24 | 12 | 41 | 5 | 15 | 547 | 2365 |

A cidade de Lisboa, com mais de 87 quilómetros quadrados de superfície é, como se sabe, das maiores cidades do continente Europeu.

Paris, com os seus 3 milhões de habitantes, tem uma superfície de 86 Km² e Madrid com mais de um milhão, tem apenas 67 Km².

Em qualquer dessas, como em Roma, que deve estar próximo de um milhão e meio de habitantes, é muito maior a densidade da população e a área urbana. Avançou-se de mais no sentido horizontal.

No entanto, entre os recenseamentos de 1940 e 1950, a Capital teve um apreciável aumento, passando de 694.889 habitantes em Dezembro de 1940 para 790.434 em Dezembro de 1950.

Devendo ter presentemente cerca de um milhão de habitantes.

A Posta Interna, estende-se de Monsanto ao Tejo e abrange a Leste Moscavide, do Concelho de Loures e a Oeste Algés, Dafundo e Cruz Quebrada, até à ponte, que pertence ao Concelho de Oeiras.

Os progressos constantes de todos os meios de transporte, abriram novas perspectivas aos serviços dos Correios, que é preciso não olvidar.

II

Evolução de uma carta lançada num marco, até à sua entrega

O expedidor de uma simples missiva, contendo tristezas e alegrias, que a lança num marco postal, no sentido de chegar o mais rapidamente ao seu destino, desconhece a sua movimentação.

É o que vamos tentar expor com duas pinceladas, tomando a posição de Lisboa.

A recolha da correspondência é feita entre as 1 e 3 horas da noite, às 17 e às 19 horas, por processo mecânico e por carteiros às 9, 13 e 15 horas.

Esta operação é feita através dos 450 marcos da Cidade, assim como das 41 estações urbanas.

A rede é suficiente para o tráfego, mas vai aumentando consoante as necessidades.

A carta, depois de marcada, vai para a divisão, aonde o respectivo divisor, a encaminha para o giro respectivo. Seguidamente o carteiro da área, retira-a para a bancada, começando a operação de arruamento

das mais complicadas, em virtude de ter de obedecer às normas da distribuição.

Repito a operação de arruamento tem a sua técnica especial e dela depende uma boa distribuição.

Vou tentar expor o meu ponto de vista:

- a) Quando se faz o estudo «in-loco» de um arruamento, observa-se que a numeração não corresponde a uma ordem lógica. Raramente os números pares estão defronte dos números ímpares. Deste facto torna-se difícil e complicado o arruamento dos giros;
- b) Assim, pelo sistema zigzague, atravessam os carteiros as ruas constantemente, de forma a perderem o menos tempo, aproveitando o facto de o n.º 124, estar defronte do n.º 169, caso da Rua do Salitre;
- c) Pelo sistema de ida e volta, o carteiro segue pelo lado direito e volta pelo lado esquerdo;
- d) No sistema misto são empregados os dois processos de distribuição.

Na distribuição tem que se atender ao trânsito, cada vez mais desenvolvido e acelerado.

A criação dos receptáculos domiciliários, facilitou e acelerou muito a distribuição.

As cartas-charadas aparecem às vezes nos serviços, dando motivo ao pessoal a empregar a sua máxima paciência para as conseguir decifrar.

Há tempos apareceu uma carta com o seguinte endereço:

Uma varina a subir uma rampa, com uma rosa e um pinto, tendo ao fundo o Palácio das Cortes; depois de matutar algum tempo, consegui decifrar a charada, tratava-se de uma destinatária, residente na Travessa da Peixeira, de nome Rosa Pinto.

Muitos casos aparecem nestas condições.

Assim, torna-se indispensável que os usuários escrevam os endereços bem legíveis para facilitarem a missão do serviço dos Correios, que tem de ser executado, quase sempre a horas matutinas e, com a máxima rapidez.

E, nestas condições, é entregue a missiva após esta série de operações.

III

Início do serviço de distribuição

Foi no ano de 1800, dia de S. Augusto, que se estabeleceu na Capital e noutras terras de 1.^a ordem, a primeira posta e criou-se o emprego de portadores, depois chamados carteiros.

A entrega das cartas nos domicílios era retribuída, recebendo o portador cinco réis.

Esta importante reforma foi devida ao Superintendente-Geral dos Correios José Diogo de Mascarenhas Neto.

IV

Amor profissional

Durante a minha longa carreira de quarenta e quatro anos de serviço e vinte e cinco de chefia, tomei conhecimento de diferentes casos de dedicação pela profissão, mas o que vou expor, foi o que mais me impressionou.

O carteiro José Ramos Júnior, foi vítima de uma congestão cerebral, de que resultou ficar quase inconsciente, todavia, a família e os amigos íntimos, verificaram que constantemente molhava os dedos na boca e dedilhava imaginárias cartas, como quem está a arruar correspondência, monologando algumas frases relativas ao serviço.

A crise agravou-se e, no estertor, o Ramos deu a entender por gestos, que pretendia um papel e lápis. A esposa fez-lhe a vontade dando-lhe um livro, no qual, na parte inferior da capa, fez alguns riscos e traços, tendo-se, assim, notado as inscrições tremidas «não respondeu, Ramos, 87A», e outras frases relativas ao serviço.

De facto este dedicado e zeloso servidor, nunca mais respondeu. Paz à sua alma!

V

Centralização ou Descentralização

Tem este magno problema preocupado os principais dirigentes postais de toda a parte do globo, todavia, as opiniões são diversas;

dando-se constantemente controvérsias sobre este complexo problema.

Qual será mais fácil transportar: as malas ou os carteiros?

Eis a questão.

Voto com lista aberta pela descentralização, porque os meus 44 anos de serviço e 25 de posta, me indicam esse sistema como o mais aconselhável. Aliás, assim se procede nos principais Centros postais do Mundo.

1.º Nova Iorque — Esta supercidade, que ocupa no serviço do correio cerca de 32.000 funcionários (três vezes aproximadamente todo o funcionalismo dos CTT do Continente e das Ilhas Adjacentes) tem 100 estações distribuidoras de zona, ligadas por superfície aos 18 centros principais, segundo apontamentos que me forneceram officiosamente, em 1954.

2.º *Londres* — Também, nessa data, tinha 114 subestações, dis-

3.º *Bruxelas* — 14

4.º *Paris* — 20

5.º *Roma* — 6

6.º *Zurique* — 18

7.º *Copenhaga* — 23

Estes números é natural que sofram correcções presentemente, mas são concludentes. Não apresentarei mais casos por achar desnecessário.

Lisboa, só tem duas estações distribuidoras.

Em presença dos factos acima expostos, vou apresentar as minhas sugestões a saber:

- a) Criação da Central dos Correios, junto do local onde está o Pavilhão dos Desportos, abrangendo a área de distribuição seguinte: Avenida da Liberdade, desde Barata Salgueiro, Conde Redondo, Av. Duque de Loulé, Fontes Pereira de Melo, Duque de Ávila, Benfica. Carnide, Pontinha e pela 2.ª circular até às faldas de Monsanto, Campolide, Campo de Ourique, Estrela e Lapa;
- b) Distribuidora Norte, na Lisboa Nova, com a área seguinte: Alvalade, Areeiro, Aeroporto, Campo Grande, Lumiar, Charneca e as Avenidas da República, 5 de Outubro e respectivas transversais;
- c) Distribuidora Leste, no Poço do Bispo, abrangendo a seguinte

área: Madre de Deus, Vale Escuro, Chelas, Xabregas, Poço do Bispo, Braço de Prata, zona industrial Olivais, Cabo Ruivo e Moscavide;

d) Distribuidora Oeste, em Alcântara: através do Aterro, Rocha, Pampulha, Alto de Santo Amaro, Ajuda, Belém, Encosta do Restelo, Algés, Dafundo e Cruz Quebrada;

e) Distribuidora Sul: mantinha-se no Terreiro do Paço, com a área Pombalina, e a que se estende de Santa Apolónia a Santos, junto do Tejo.

Além destas, o Chiado, Bairro Alto, Chagas e Graça e a Av. da Liberdade até à Barata Salgueiro.

Também, sugiro que deverá haver uma numeração especial para cada zona de distribuição. Exemplo: Lisboa 1, 2, 3, 4 e 5, conforme é usado nalgumas cidades estrangeiras.

Uma boa rede de autocarros dos CTT, completará este serviço, através de rápidas ligações.

A especialidade domina a generalidade, eis o motivo, por que julgo que o meu plano, deverá satisfazer o objectivo de tornar a distribuição urbana mais rápida.

A nossa querida Lisboa, é digna de tudo quanto se faça, no sentido do seu progresso.

CONCLUSÃO

Não desejo encerrar este simples colóquio, sem me dirigir a todos os que trabalham em prol dos CTT, a esse pessoal que noite e dia, sem descanso porfiada e tenazmente contribui para a boa organização e progresso dos Serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones.

Cada um desses funcionários é uma parcela desse enorme todo, é uma pedra desse gigantesco edifício que se chama os CTT.

Pela união de todos esses pilares, o edifício mantém-se seguro e bem organizado. Bastaria o mau funcionamento de uma das suas muitas modalidades para que o edifício se desmoronasse e caísse por terra.

Portanto ao dirigir-me ao pessoal dos CTT da Capital, saudando-o e louvando-o, verifico que é pela sua íntima coesão, pela sua boa vontade, pelo desejo de fazer «Mais e Melhor», que a divisa «Servir o Público», tem sido bem compreendida.

E servir o Público é servir Lisboa.

ACTIVIDADE CULTURAL

no Trimestre Passado

No trimestre agora findo o Grupo realizou no mês de Abril, a 25, a 15.^a sessão dos *Colóquios Olisiponenses* tendo Alfredo Ferreira do Nascimento falado sobre «Miguel Pais tinha razão» e Mário Costa sobre «Um mercado na Avenida da Liberdade».

Nas manhãs dos dias 25, 26 e 27, realizou-se, por turnos, a visita de estudo à Fábrica de Vidros Gaiivotas, Lda., colectividade nossa associada, que reuniu grande número de sócios que foram obsequiosa e gentilmente recebidos.

Em Maio a 16.^a sessão dos «Colóquios» realizada a 9, reuniu vários associados que ouviram Mário Costa sobre «Uma perspectiva de Lisboa do século passado» e o Doutor Eduardo Neves que apresentou duas estampas olisiponenses, uma do século XVIII, colorida, e de origem inglesa.

A 26, cerca de 300 pessoas, sócios e suas famílias, deslocaram-se em 6 autocarros a Elvas, Vila Viçosa e Évora, tendo no Castelo de Vila Viçosa sido realizado o almoço que a Fundação da Casa de Bragança lhes proporcionou bem como a visita ao Palácio Ducal e outros edifícios sob a direcção do seu representante e Conservador do Palácio Dr. João de Figueiredo.

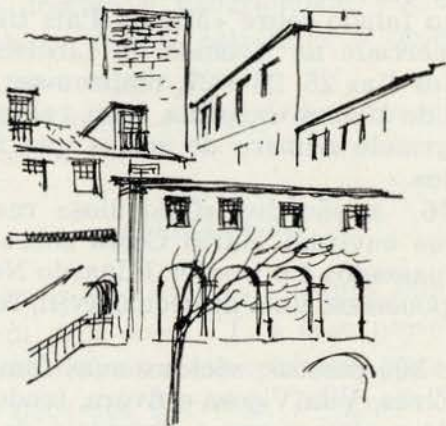
Por fim, a 25, realizou-se a visita de estudo à Fábrica de Malte, da Sociedade Central de Cervejas, na Avenida Almirante Reis, que reuniu cerca de 200 sócios que foram obsequiados com um refresco pela respectiva Empresa.

Em Junho duas realizações artísticas se efectuaram. Uma, a visita de estudo ao Tesouro da Sé Patriarcal, por especial deferência do Reverendo Cabido e sob a direcção do Reverendo Cónego Sr. Manuel Luís. Esta visita que reuniu numerosos consócios proporcionou aos visitantes o exame de preciosas alfaias, jóias, artigos do culto e as

reliquias de S. Vicente que constituem o maravilhoso e rico património da nossa Sé Arquiepiscopal; no dia 8, outra manifestação artística levámos a cabo, a visita de estudo às instalações e ao seu anexo do Conservatório Nacional sob a direcção do seu ilustre director o Maestro Dr. Ivo Cruz, seguida de uma pequena audição de *Lied* do nosso consócio Dr. Francisco Loureiro Dinis acompanhado ao piano por D. Noémia Sarmento de Brederode. Dessa audição, de que publicámos, em suplemento, o programa com os dados biográficos do executante, ficou em todos a mais grata impressão.

A conferência sobre «Fialho de Almeida, cronista de Lisboa», não pôde realizar-se por motivo de doença pertinaz do conferencista o nosso consócio Prof. Barbosa Soeiro.

Como nos anos anteriores por amável convite do Grémio Nacional dos Livreiros de Portugal o Grupo esteve representado na Feira do Livro.





Feira da Ladra

Barcas de banhos

Foi no fim do século XVIII que começaram as Barcas de Banhos. A primeira notícia que há delas é de 1791, num anúncio da *Gazeta de Lisboa*, de 7 de Maio desse ano. Refere-se a uma barca, com uma «máquina de banhos» que balanceava defronte da praia da Junqueira. Em 1805 surgem os inventores das «casas flutuantes». Cada uma tinha um tanque grande e quatro tanques pequenos para banhos de água corrente que se davam de manhã e de tarde até o anoitecer. De tarde eram os preços mais baratos. No ano seguinte funcionavam quatro barcas; as duas antigas, fundeadas em frente do Cais do Sodré, e as duas novas defronte do Cais da Areia. Parece que o negócio não correu bem, porque, em 1807, anunciava-se a sua venda e a do seu privilégio. Pertenciam então ao Capitão Mor de Cantanhede.

Em 1809 as barcas estavam defronte do Cais das Colunas e anunciavam-se vários melhoramentos. Até havia professores para aplicar os banhos. Uma delas chamava-se «do Hiate», e ao contrário dos anos anteriores os preços eram mais baratos de manhã. Um banho custava 120 réis. De tarde eram 160 réis, incluindo o transporte em botes privativos. A bordo havia venda de comes e bebes.

Há dois folhetos publicados em 1811, em que se faz uma crítica azeda às Barcas que, pachorrentamente, sobre tonéis, poi-

savam nas águas do Tejo. Que abusos lá se tivessem praticado não há notícia pormenorizada. Elas porém, indiferentes às diatribes do foliculário, proliferavam. Em 1813 já um certo Dr. Guilherme dava banhos na Rocha do Conde de Óbidos, e, na Boavista davam-se banhos só a Senhoras. Estará nesta inovação o mistério dos «abusos»?

Três anos depois, na *Gazeta Oficial*, anunciavam-se barcas de outra invenção e de nova arquitectura, e o poiso delas continuava a ser em frente do Terreiro do Paço. As barcas de banhos da Boavista ainda duravam em 1848, e no Estoril inaugurou-se uma Casa de Banhos em 1838. Lucinda Simões nas suas «Memórias» diz que nas Barcas se cultivava o namoro em grande escala. A «Deusa dos Mares», a «Diligência» e a «Flor do Tejo», que pertenciam a uma família italiana (Taboni) originaram muitos casamentos. Tinop, na *Lisboa de Outrora* conta um episódio sentimental nascido nos banhos da «Flor do Tejo». Como nos pagamentos e recebimentos aos «guichés», tirava-se um número à entrada da Barca, e, às vezes, esperava-se mais de uma hora pela chamada para o Banho. Era em geral nessa altura que os namoros despontavam.

A última barca, a «Flor do Tejo», ardeu em 1874. Estava fundeada no Caneiro de Alcântara, e de certo também nessa altura se queimaram de saudades muitas namoradeiras alfacinhas.

M. S.

A iluminação da cidade

SABE-SE, por de mais, que a primeira tentativa de iluminação da cidade, em termos regulares, se deveu a D. Fernando I, que, com tal propósito, fez expedir a Carta régia de 12 de Setembro de 1383. A iniciativa não corresponderam os factos e Lisboa continuou a ser um mar de trevas, de quando em quando interrompido pelas luzes das lâmpadas dos nichos, cruzeiros e oratórios, que ainda tornavam mais lúgubre a escuridão. Só Pina Manique, com o seu génio empreendedor, pôs em prática esse serviço público, fazendo acender, pela primeira vez, na noite de 17 de Dezembro de 1780, o número já elevado de 770 candeeiros de azeite. Comemorava-se nessa data o aniversário natalício de Sua Majestade a Rainha D. Maria I.

A iluminação do Paço de Lisboa, Praça do Comércio e Arsenal ficou à conta da Fazenda Nacional, e para a das restantes artérias deveriam contribuir os seus moradores, de 27 em 27 dias, com um quartilho de azeite doce, de qualidade inferior. Esse tributo em espécie chegou a ser substituído pelo pagamento de cento e vinte réis mensais e o Intendente ainda propôs que se lançasse o imposto de um tostão por mês sobre o inquilinato que pagasse de aluguer vinte mil réis por ano ou daí para cima.

Tudo caminhava regularmente até que, em 1792, sentido a falta de recursos financeiros, Pina Manique teve que interromper tão importante serviço público, e só nove anos depois, quando D. Rodrigo de Sousa Coutinho era presidente do Real Erário, as ruas voltaram a estar iluminadas, desta vez numa área de maior extensão.

Para tornar o serviço mais económico, estudou-se a forma de misturar no azeite óleos de mamona, de palma e de baleia, e até mesmo se pensou no óleo de purgueira. Como se vê, vem de longe a pecha de falsificar a pureza do azeite...

Depois contaremos o resto.

M. C.

Adelos e ferros-velhos

PELO visto, no ano de 1847 — ainda os espíritos não se haviam acalmado de todo com os efeitos da revolta que deixou na História o nome de «Maria da Fonte» — principalmente aos domingos e dias santificados, entre o Corpo Santo, Pelourinho e Terreiro do Paço com «escandaloso abuso» armavam vasto estendal muitos negociantes de «adelo» e «ferro-velho» que, num arremedo da Feira da Ladra, aí faziam venda de fato velho e ferragens. E porque essa infracção de regulamentos e posturas municipais, dando causa a grandes ajuntamentos, provocava às vezes conflitos e desordens, tratou a nossa primeira Câmara de publicar uma nova Postura, tendente a pôr termo a esses desrespeitos, indo até ao ponto de não só proibir o estacionamento de tais profissionais, nos locais demarcados, como até a sua função ambulatória, classificando de «criminoso exercício», a venda de ferro-velho em tais condições.

Findo o prazo de oito dias, os transgressores ficariam sujeitos ao pagamento de multa, sendo 4.000 réis para os vendedores de fatos velhos e trastes e 10.000 réis para os traficantes de ferro-velho. Assim o determinava a Postura de 21 de Junho, aprovada em reunião de Vereadores, em que serviu de Presidente Gonçalo José Vaz de Carvalho.

M. C.

Algumas Edições
da
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



Publicações do 8.º Centenário da Conquista da Cidade:

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DE LISBOA — *Livro I de Místicos e Livro II del Rei D. Fernando; Livro I de Místicos de Reis e Livro II dos Reis D. Diniz, D. Afonso IV e D. Pedro I; Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El-Rei Nosso Senbor no ano de 1565, 4 volumes; Livro 1 do Tombo das Propriedades Foreiras à Câmara desta mui insigne cidade de Lisboa, 2 volumes; Cabido da Sé, Sumários de Lousada...* (1.º e último volume).

GRADES DE LISBOA — pelo Dr. *Jaime Lopes Dias*.

LISBOA — Oito Séculos de História — em 21 fascículos, sob a direcção de *Gustavo de Matos Sequeira* e com a colaboração literária de escritores da especialidade.

S. JOÃO DE BRITO — pelo Dr. *Marinho da Silva*.

Outras Publicações Culturais:

CASAS DA CÂMARA DE LISBOA — por *Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo*.

A FREGUESIA DE S. TIAGO (2 vols.) — por *Ferreira de Andrade*.

A FREGUESIA DE S. CRISTÓVÃO (2 vols.) — por *Ferreira de Andrade*.

A FREGUESIA DE SANTA CRUZ DA ALCÁÇOVA DE LISBOA — por
Ferreira de Andrade.

AS FREGUESIAS DE LISBOA — pelo Eng. *Augusto Vieira da Silva.*

DISPERSOS (1.º vol.) — pelo Eng. *Augusto Vieira da Silva.*

COLECTÂNEA OLISIPONENSE (1.º vol.) — por *J. M. Cordeiro de Sousa.*

ENSAIOS DE KANT A PROPÓSITO DO TERREMOTO DE 1755 — tra-
dução do Dr. *Luis Silveira.*

HISTÓRIA DOS MOSTEIROS, CONVENTOS E CASAS RELIGIOSAS DE
LISBOA (vol. 1.º).

INVENTÁRIO DE LISBOA (fasc. 1 a 12) — por *Norberto de Araújo.*

JARDINS E PALÁCIO DOS MARQUESES DE FRONTEIRA — por *Cassiano
Neves*

LISBOA SEISCENTISTA — por *Fernando Castelo Branco.*

O POEMA DE LISBOA — por *Augusto de Santa Rita.*

LISBOA ANTIGA — O Bairro Alto (vols. 1.º e 2.º) — por *Júlio de Castilho.*

REVISTA MUNICIPAL — da direcção do Dr. *Jaime Lopes Dias.*

LIVROS

EDIÇÕES DO GRUPO E DOS SÓCIOS



| | PREÇOS | |
|---|----------|---------|
| | Sócios | Público |
| VARIA | | |
| Evocação do Café Martinho | esgotado | |
| Noite de evocação do Leão de Ouro | 13\$50 | 15\$00 |
| Urbanização de Lisboa | 4\$50 | 5\$00 |
| Lisboa de ontem e de hoje do Sr. Rocha Martins | esgotado | |
| A Cor de Lisboa | 13\$50 | 15\$00 |
| Olisipos (alguns números esgotados) cada dos que existem | 18\$00 | 20\$00 |
| Evocação do Café-Restaurante Tavares | 4\$00 | 5\$00 |
| Jantar de Confraternização na Casa do Leão | 4\$00 | 5\$00 |
| A. VIEIRA DA SILVA | | |
| O Castelo de S. Jorge | 13\$50 | 15\$00 |
| A Ponte de Alcântara | 13\$50 | 15\$00 |
| Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa | 13\$50 | 15\$00 |
| Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa | 13\$50 | 15\$00 |
| ALFREDO DA CUNHA | | |
| Olisipo berço do periodismo português | 13\$50 | 15\$00 |
| ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO | | |
| Algumas achegas para a História da Defesa de Lisboa | 13\$50 | 15\$00 |
| Os Banhos da Rocha do Conde de Óbidos | 13\$50 | 15\$00 |
| O Quartel de Campolide | 13\$50 | 15\$00 |
| O Quartel do Regimento do Conde de Lippe | 13\$50 | 15\$00 |
| ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA | | |
| A Igreja e o Sítio de Santo Estêvão | 13\$50 | 15\$00 |
| O Campo de Santa Clara... .. | 13\$50 | 15\$00 |
| Ronda e Silva de Lisboa Velha | 9\$00 | 10\$00 |
| Bagatelas de tempo vário | 9\$00 | 10\$00 |
| AUGUSTO CASIMIRO | | |
| Lisboa Mourisca | 18\$00 | 20\$00 |

EDUARDO NEVES

| | | |
|--|--------|----------|
| Ruínas do Carmo | | esgotado |
| Igreja da Penha de França | | > |
| Faculdade de Medicina | | > |
| Lisboa nos Ex-Libris | | > |
| Lisboa na Numismática e na Medalhística | | > |
| O Convento dos Barbadinhos Italianos | | > |
| Do Sítio do Intendente | | > |
| Lisboetas na Índia e Luso-Indianos em Lisboa... .. | | > |
| Alocuções | 13\$50 | 15\$00 |
| Homenagem a Matos Sequeira... .. | 13\$50 | 15\$00 |
| Um Arcebispo-Primaz natural de Lisboa | 13\$50 | 15\$00 |

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

| | | |
|--------------------------------|--------|--------|
| A Irmandade de S. Lucas | 13\$50 | 15\$00 |
|--------------------------------|--------|--------|

FERREIRA DE ANDRADE

| | | |
|--|--------------|----------|
| Relação das casas foreiras... .. | 22\$50 | 25\$00 |
| O Senado da Câmara e a Guerra Civil | 27\$00 | 30\$00 |
| Três Touradas no Terreiro do Paço | 13\$50 | 15\$00 |
| Palácios Reais de Lisboa | 45\$00 | 50\$00 |
| Do Convento de N. Senhora de Jesus | | esgotado |
| Guia do Orlisipo n.ºs 1 a 11 | cada 7\$50 | 8\$00 |
| » » » n.ºs 12 a 17 | cada 9\$00 | 10\$00 |
| Visite Lisboa, 4.ª ed. | 63\$00 | 70\$00 |
| Vinte e cinco anos na vida duma capital | 54\$00 | 60\$00 |
| Portugal País de Turismo, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º vols. | cada 135\$00 | 150\$00 |

DR. FREDERICO MARJAY

| | | |
|--|---------|---------|
| Lisboa e seus arredores (em português e inglês) | 200\$00 | 240\$00 |
|--|---------|---------|

GILBERTO MONTEIRO

| | | |
|--|--------|--------|
| Esboço histórico do Hospital de Belém | 18\$00 | 20\$00 |
| D. Gilberto | 13\$50 | 15\$00 |

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

| | | |
|-------------------------|--------|--------|
| Auto de S. João | 9\$00 | 10\$00 |
| Lisboa (Comédia) | 18\$00 | 20\$00 |

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

| | | |
|--|--|----------|
| Casas onde em Lisboa residiu Almeida Garrett... .. | | esgotado |
|--|--|----------|

HENRIQUE LINHARES DE LIMA

| | | |
|-----------------------------------|--------|--------|
| Vultos e sombras medievais | 45\$00 | 50\$00 |
|-----------------------------------|--------|--------|

HUGO RAPOSO

Primeiro circuito da Lisboa Moderna em transporte colectivo ... 9\$00 10\$00

J. S. VIEIRA

O Convento dos Marianos esgotado

JOÃO MONTEIRO

Estrada de Sacavém 27\$00 30\$00

JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

A Urbanização de Lisboa 13\$50 15\$00

JOSÉ SEBASTIÃO SALDANHA OLIVEIRA E DAUN

Relação histórica (resumida) das cavalhadas do Terreiro Real
que se fez na Corte da cidade de Lisboa em 1795 esgotado

JULIETA FERRÃO

Lisboa 1870 esgotado

LUÍS MOITA

A Ermida de Santo Amaro... .. . esgotado
O Metropolitano e as «Sete Colinas» Olisiponenses 7\$00 7\$50

LUIZ PASTOR DE MACEDO

A Baixa Pombalina 6\$70 7\$50
A Rua das Canastras 7\$20 8\$00
Críticas, Correções e aditamentos à «Lisboa de ontem e de hoje»
do Sr. Paulo Freire 9\$00 10\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da
Freguesia da Sé 9\$00 10\$00
Ascendentes de Camilo 13\$50 15\$00

LUÍS TEIXEIRA

O «Diário de Notícias» e o Século XIX 4\$50 5\$00

LUÍS TRINDADE

Janelas de Alfama 18\$00 20\$00

MANUEL VICENTE MOREIRA

Jardins de Lisboa e Porto esgotado
O Problema da Habitação 27\$00 30\$00

MÁRIO COSTA

| | | |
|---|--------|--------|
| Da Rua Nova à Rua dos Capelistas | 18\$00 | 20\$00 |
| Festas do Casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra | 9\$00 | 10\$00 |
| Duas Curiosidades Lisboetas — O Balão do Arsenal e o Tiro da Escola Politécnica | 13\$50 | 15\$00 |

MÁRIO SAMPAIO RIBEIRO

| | | |
|---|--------|----------|
| Igreja da Conceição Velha... .. | | esgotado |
| A Igreja e o Convento da Graça | | » |
| Do Sítio do Restelo e das suas Igrejas de St.ª Maria de Belém | 45\$00 | 50\$00 |
| Calçada da Ajuda | | esgotado |

NORBERTO DE ARAÚJO

| | | |
|---------------------------------------|-------|--------|
| Pequena Monografia a S. Vicente... .. | 9\$00 | 10\$00 |
|---------------------------------------|-------|--------|

ROBERTO DIAS COSTA

| | | |
|--|--|----------|
| A Paroquia de S. Jorge de Arroios | | esgotado |
|--|--|----------|

RUY DE ANDRADE

| | | |
|---|-------|--------|
| Como o artista Alfredo de Andrade encarava alguns problemas da edilícia citadina | 9\$00 | 10\$00 |
|---|-------|--------|

RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ

| | | |
|---|--|----------|
| Subsídios para Heráldica Tumular Moderna Olisiponense... .. | | esgotado |
|---|--|----------|

TINOP

| | | | |
|---|------|--------|--------|
| Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols.... .. | cada | 13\$50 | 15\$00 |
|---|------|--------|--------|

Pérola do Rossio

Limitada

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas

para

Todo o País e Estrangeiro

Rossio, 105 • Lisboa • Telef. 20744

OURO, PRATA E JOIAS
BARATÍSSIMAS

Grande sortido de objectos de ouro em 2.^a mão só pelo peso

VENDE

a Antiga Ourivesaria

MIGUEL A. FRAGA, L.^{DA}

Pavilhão dos Ourives - Largo Martim Moniz, Loja 18 - Tel. 28503 - LISBOA

**Casa
Maciel,
Lda.**

CASA FUNDADA EM 1810

Premiado nas exposições de Rio de Janeiro 1922, Barcelona 1929, e Industrial Portuguesa

*FABRICANTE DE
LANTERNAS*

em todos os estilos

Sortido completo em louças, folha de Flandres, ferro esmaltado, alumínio, Porcelanas, vidros e artigos de ménage

Tel. 22451

63, Rua da Misericórdia, 65 - LISBOA



E. Pinto Basto & C.^a, Lda.

LISBOA

TRANSPORTES MARÍTIMOS E AÉREOS

CARVÃO

SEGUROS

REPRESENTAÇÕES

(Industriais, etc.)

FOLHA DE FLANDRES E AÇOS

EXPORTAÇÕES

IMPORTAÇÕES

No Porto:

Kendall, Pinto Basto & C.^a, Lda.

L I V R A R I A
P O R T U G A L

Rua do Carmo, 70

L I S B O A

Telefone P. P. C. 30582, 30583 e 28220

● *LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS*

Serviço rápido de encomendas

Informações Bibliográficas

Dirijam os seus pedidos à

P O R T U G A L

Rua do Carmo, 70 - Lisboa

Companhia de Diamantes de ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00



Pesquisa e extracção de diamantes

na

PROVÍNCIA DE ANGOLA

em regime de exclusivo



Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e

Administrador-Delegado

Com. Ernesto de Vilhena

Vice-Presidente

Com. Álvaro Morna

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Mr. Firmin Van Brée



DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

Eng. Rolando Sucena de Sousa

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

Dr. Sílvio Guimarães



GAIVOTAS, LDA.

FABRICA DE VIDROS E CRISTAIS

Fundada em 1811

Telefs. 663177/78

Especializada em todo o género de vidraria para iluminação, frascaria para perfumaria e laboratórios e artigos domésticos

À alta qualidade do seu fabrico corresponde a preferência dada aos seus produtos por uma vasta Clientela da Metrópole, Ultramar e Estrangeiro

Fábrica: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 14 a 24

Escritório: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 20-C 1.º

Casa de venda ao público: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 14 a 24

LISBOA

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

S. A. R. L.

Capital Realizado Esc. 200.000.000\$00

Reservas Esc. 96.000.000\$00

RUA DO COMÉRCIO, 95 A 119

Filiais - Porto, Coimbra, Braga, Covilhã, Faro, Guimarães e Ponta Delgada.

Agências - Abrantes, Alferrarede, Anadia, Castelo Branco, Espinho, Estoril, Figueiró dos Vinhos, Gouveia, Guarda, Leiria, Mangualde, Montemor-o-Novo, Montijo, Moura, Olhão, São João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Torres Vedras, Tortozendo e Vila Franca de Xira.

Dependências urbanas:

LISBOA - Alcântara, Almirante Reis, Belém, Benfica, Camões, Campolide, Conde Barão, Graça, Poço do Bispo, Praça do Brasil, Praça do Chile, Praça Duque Saldanha, Praça de Londres e Belém.

PORTO - Carvalhinho, Costa Cabral e Matosinhos.

TODAS AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS

PAPELARIA CARLOS

CARLOS FERREIRA, LDA.

Rua do Ouro, 34, 38

Telef. 2 02 44

Teleg. PAPELCAR

LISBOA

Especialidade em livros para
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

Grande sortido de artigos para
DESENHO E ESCRITÓRIO

CASA AFRICANA

●
**PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS**

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para **HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS**

●
**ON PARLE
FRANÇAIS**

●
**Rua Augusta, 161 - Telef. 2 42 64-65 P. B. X.
LISBOA**

●
**ENGLISH
SPOKEN**

**Rua Sá da Bandeira, 166 - Telef. 1361 P. B. X.
PORTO**

Edifício do Cruzeiro — ESTORIL

ELECTROLUX oferece-lhe todas as vantagens
duma boa refrigeração



●
**ELECTRICIDADE
PETRÓLEO
GASCIDLA**

●
10 anos de garantia

**ELECTROLUX, LDA.
LISBOA**

Rua Pascoal de Melo, 7 — Telef. 56115

Rua 1.º de Dezembro, 120-B — Telef. 28246

RONDA DOS BAIRROS



ALVALADE

SE é certo que Lisboa sente verdadeiro orgulho em se rever nas ruas pitorescas dos velhos bairros, também é verdade que esta formosa Capital de um grande Império se não deixou ficar estática, indiferente ao progresso que categoriza as modernas urbes.

Procurando novos horizontes, na conquista de espaços onde possa abrigar a sua população sempre crescente, Lisboa culminou em Alvalade uma época de evolução urbanística que ficará, na história olisiponense, a testemunhar a visão, sensibilidade, trabalho e espírito empreendedor, dos homens do nosso tempo.

Construído em meia dúzia de anos, o bairro de Alvalade caracteriza-se, principalmente, pela harmonia de todos os pormenores, adivinhando-se, nas mais pequenas coisas, o alto mérito do plano de conjunto que o precedeu.

Quem, por consequência, quiser conhecer uma Lisboa diferente daquela a que nos habituámos, uma autêntica cidade nova orgulhosa do presente em que vive, em Alvalade a encontrará, sorrindo alegremente para o Futuro.

O Bairro de Alvalade é servido pelas carreiras de «eléctricos» n.º: 2 e 2-A; e pelas de autocarros n.º: 1, 17, 21 e 27.



SENA SUGAR ESTATES, LTD.

Plantações e Fábricas de Açúcar em

LUABO

e

MARROMEU

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

NA LISBOA
DE ONTEM



E

NA LISBOA
DE HOJE



COMO, AFINAL, EM QUALQUER PARTE,
CONTRA A TOSSE:

BENZO-DIACOL